Jornal **O DIA** SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br | QUINTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2024 | Nª 25.725 | Preço banca: R$ 3,50

Brasil tem mais de 632 mil crianças em fila de espera por creche

Em todo o Brasil, 632.763 crianças aguardam por uma vaga em creches públicas. Em quase metade dos municípios brasileiros (44%), há crianças em fila de espera para fazer a matrícula na educação infantil. Os dados são do levantamento nacional Retrato da Educação Infantil no Brasil - Acesso e Disponibilidade de Vagas, feito pelo Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil), composto pela sociedade civil e entidades do poder público, entre elas o Ministério da Educação (MEC).

O estudo reúne informações sobre o acesso da população à educação infantil, que vão auxiliar na criação de um plano de ação voltado à expansão da oferta de vagas nessa etapa de ensino no país.

As conclusões do estudo, realizado entre 18 de junho e 5 de agosto, foram divulgadas na terça-feira (27).

A educação infantil, com o devido acesso a creches e pré-escolas de qualidade, é um direito de todas as crianças, e a oferta de vagas é obrigação do poder público, ambos previstos na Constituição Federal de 1988 e ratificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2022.

As creches são destinadas às crianças até os 3 anos de idade, ou que tenham 4 anos, se completados após 31 de março de cada ano, data que estabelece o corte etário para ingresso na pré-escola.

Na pré-escola, a frequência é obrigatória para crianças de 4 e 5 anos de idade ou que tenham 6 anos, completados após 31 de março, quando a criança deve ingressar no ensino fundamental. Página 6

Serviços não financeiros tiveram recorde de ocupação em 2022, diz IBGE

Página 3

Aberta consulta pública sobre uso de parques na capital e na Grande SP

Página 2

Entidades lançam fórum popular para debater segurança pública em SP

A organização Iniciativa Negra lançou na quarta-feira (28) o Fórum Popular de Segurança Pública e Política de Drogas de São Paulo, na capital paulista. O grupo surge com o objetivo de priorizar debates e políticas de proteção a grupos socialmente vulneráveis e que são alvo de agentes do Estado. Outra pauta é o conjunto de políticas de drogas.

Mais de 20 entidades de diversos setores da sociedade irão compor o fórum, viabilizado com o apoio da Fundação Friedrich Ebert (FES) e do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Página 2

Caged registra criação de 188 mil postos de trabalho em julho

Foto/Marcelo Camargo/ABr

Página 3

Receita do setor de máquinas e equipamentos cai 2,2% em julho

Página 3

Unicef alerta sobre efeitos de queimadas para crianças e adolescentes

Página 2

Esporte

Competidores superam primeira parte da Maratona no Sertões BRB

Motos, quadriciclos e UTVs CBM para um lado; carros e UTVs CBA para o outro. A terça-feira de quarta etapa do Sertões BRB, que marcou a primeira perna da Maratona (em que apenas os competidores podem fazer a manutenção dos veículos) trouxe uma das principais novidades desta edição do maior rally das Américas. Com formato de laço, largada e chegada em Luís Eduardo Magalhães (BA), os percursos distintos, com quilometragens diferentes, exigiram bastante de pilotos e navegadores e deixaram alguns dos candidatos à vitória pelo caminho.

Nos carros, foram 293 quilômetros, com 263 de uma especial rápida, mas também marcada por trechos técnicos, de trial (com pedras e piso irregular). Adroaldo Weisheimer / Beco Andreotti (Toyota GR Hilux DKR / X Rally), que começaram o dia como líderes, sofreram um acidente em que capotaram três vezes. Não se machucaram, mas deram adeus à chance de vitória e à prova.

Lucas Moraes / Kaíque Bentivoglio (Toyota GR Hilux DKR / Toyota Gazoo Racing) vinham descontando a desvantagem para os rivais e venceram pela segunda vez este ano, retomando a liderança na classificação geral. Aparecem agora 9min45 à frente de Marcelo Gastaldi / Cadu Sachs (Century CR7 / Baja Tek), com Marcos Moraes / Fábio Pedroso (Toyota GR Hilux DKR / MEM) em terceiro. Na estreia da Mitsubishi Triton Ultimate Racing T1+, Guiga Spinelli / Paulo Fiúza ocupam uma promissora quinta posição, considerando que o modelo construído no Brasil está em fase inicial de desenvolvimento.

Sobre duas rodas, foram 438 quilômetros de percurso, 418 deles cronometrados, atravessando trechos arenosos, serras, estradas de fazenda e sequências de retas longas. Adrien Metge (Yamaha WR 450F / IMS Yamaha) chegou à terceira medalha de vencedor de etapa e segue invicto - a especial cronometrada da primeira etapa não foi disputada. Desta vez, o francês, campeão do Sertões BRB 2021, superou o norte-americano Mason Klein (Honda CRF 450RX / Honda Racing), vencedor da prova no ano passado, por 1min07. As posições se repetem na classificação geral - neste caso, 11min12 separam os dois. Em quarto, Gabriel Soares, o Tomate (Honda CRF 450RX / Honda Racing) é o melhor brasileiro.

Nos UTVs, que fizeram a mesma especial, domínio dos líderes na geral Bruno Varela e Ari Fiúza (Can-Am Maverick R / Varela Rally), apesar de problemas na turbina. Eles superaram justamente os principais adversários Deni do Nascimento / Gunnar Dums (Can-Am Maverick R / Bompack Racing). Rodrigo Varela (irmão de Bruno) / Matheus Mazzei (Can-Am Maverick R / Varela Racing) largaram na vice-líderança do Sertões BRB, mas um acidente os tirou da disputa.

Inversão

Na quarta-feira, a Maratona se completa com a inversão dos percursos em torno de Luís Eduardo Magalhães. As motos, quadriciclos e UTVs CBM fazem a especial mais curta, enquanto os carros encaram o trecho cronometrado mais longo.

Adrien Metge (vencedor Moto)

"A etapa teve algumas retas longas, mas foi mais técnica. É muito bom vencer pelo terceiro dia e aumentar a vantagem na classificação geral".

Lucas Moraes (vencedor Carro)

"Foi um dia ótimo para nós, fizemos uma especial limpa, imprimimos um bom ritmo no começo e estávamos encostando no Adroaldo. Vimos o acidente deles, paramos para prestar assistência e é uma pena o que aconteceu. Não contamos com as referências dos outros veículos, mas o Kaíque está muito afinado na navegação e planilha estava muito bem feita. O carro está perfeito acredito que será uma etapa bem importante para definir o rally".

RESULTADOS (extraoficiais) Moto

1) Adrien Metge #2, Yamaha WR 450F / IMS Yamaha, (1)Moto 1, 5h11min33; 2) Mason Klein #1, Honda CRF 450RX / Honda Racing, (2)Moto 1, 5h12min41; 3) Martin Duplessis #3, Honda CRF 450RX / Honda Racing, (3)Moto 1, 5h12min46; 4) Gabriel Soares #4 , Honda CRF 450RX / Honda Racing, (1)Moto 2, 5h19min01; 5) Gabriel Bruning #19, Yamaha WR 450F / IMS Yamaha, (2)Moto 2, 5h19min49.

Carro - 1) Lucas Moraes / Kaíque Bentivoglio #323, Toyota GR Hilux DKR / Toyota Gazoo Racing, (1)T1M, 2h15min51; 2) Marcelo Gastaldi / Cadu Sachs #301, Century CR7 /Baja Tek, (2)T1M, 2h18min27; 3) Marcos Moraes / Fábio Pedroso #308, Toyota GR Hilux DKR / MEM, (3)T1M, 2h19min47; 4) Carlos Ambrósio / Luiz Poli #348, Century CR6 / Baja Tek, (1)UT11, 2h22min39; 5) Luiz Nacif / Erick Rocha #318, Ford Ranger V8 / X Rally, (2)UT11, 2h23min23.

Foto/ Magnus Torquato

Adrien *Metge venceu terceira etapa consecutiva nas motos*

UTV - 1) Bruno Varela / Ari Fiúza #110, Can-Am Maverick R / Varela Racing, (1)UT1, 5h20min40; 2) Deni do Nascimento / Gunnar Dums #101, Can-Am Maverick R / Bompack Racing, (2)UT1, 5h20min50; 3) Fabio Pirondi / Enio Bozzano #103, Can-Am Maverick X3 / EMS, (3)UT1, 5h21min41; 4) Ricardo Basso / Wellington Rezende #169, Can-Am Maverick R / Dango Racing, (1)UTOP, 5h22min48; 5) Zé Hélio / Bissinho Zavatti #108, Can-Am Maverick R / Zé e os Caras, (3)UT1, 5h22min48.

Quadriciclo - 1) Marcelo Medeiros #100, Yamaha YFM 700 Raptor / Taguatur, (1)QDA, 6h12min26; 2) Giovani de Castro #49, Yamaha YFM 700 Raptor / Quadri Racing, (2)QDA, 6h17min14; 3) Felipe Viana #53, Yamaha YFM 700 Raptor / Quadri Racing, (3)QDA, 7h00min37; 4) Hélio Pessoa #40, Yamaha YFM 700 Raptor / Quadri Racing, (4)QDA, 7h39min41.

CLASSIFICAÇÃO GERAL

Moto - 1) Adrien Metge #2, Yamaha WR 450F / IMS Yamaha, (1)Moto 1, 15h49min05; 2) Martin Duplessis #3, Honda CRF 450RX / Honda Racing, (2)Moto 1, a 11min12; 3) Mason Klein #1, Honda CRF 450RX / Honda Racing, (3)Moto 1, a 11min51; 4) Gabriel Soares #4 , Honda CRF 450RX / Honda Racing, (1)Moto2, a 29min21; 5) Ricardo Martins #6, Yamaha WR 450F / IMS Yamaha, (4)Moto 1, a 35min01.

Carro - 1) Lucas Moraes / Kaíque Bentivoglio #323, Toyota GR Hilux DKR / Toyota Gazoo Racing, (1)T1M, 11h24min47; 2) Marcelo Gastaldi / Cadu Sachs #301, Century CR7 /Baja Tek, (2)T1M, a 9min45; 3) Marcos Moraes / Fábio Pedroso #308, Toyota GR Hilux DKR / MEM, (3)T1M, a 18min14; 4) Carlos Ambrósio / Luiz Poli #348, Century CR6 / Baja Tek, (1)UT11, a 25min59; 5) Guiga Spinelli / Paulo Fiúza #310, Mitsubishi Triton Ultimate Racing, (4)T1M, a 34min20.

UTV - 1) Bruno Varela / Ari Fiúza #110, Can-Am Maverick R / Varela Racing, (1)UT1, 16h19min33; 2) Deni do Nascimento / Gunnar Dums #101, Can-Am Maverick R / Bompack Racing, (2)UT1, a 2min38; 3) Tomas Luza / Flávio França #109, Polaris RZR Pro R / Cotton Racing, (3)UT1, a 5min49; 4) Fabio Pirondi / Enio Bozzano #103, Can-Am Maverick X3 / EMS, (4)UT1, a 14min17; 5) Adriano Benvenuti / Ivo Meyer #165, Can-Am Maverick X3 / Transben Racing, (1)UOP, a 18min23.

Quadriciclo - 1) Marcelo Medeiros #100, Yamaha YFM 700 Raptor / Taguatur, (1)QDA, 18h45min24; 2) Felipe Viana #53, Yamaha YFM 700 Raptor / Quadri Racing, (2)QDA, a 1h47min20; 3) Giovani de Castro #49, Yamaha YFM 700 Raptor / Quadri Racing, (3)QDA, a 3h02min51; 4) Hélio Pessoa #40, Yamaha YFM 700 Raptor / Quadri Racing, (4)QDA, a 5h24min17.

Etapas - 23/8 – Prólogo / Super Prime: Brasília (DF); 24/8 – Primeira etapa: Brasília (DF) / Formosa (GO); 25/8 – Segunda etapa: Formosa (GO) / Santa Maria da Vitória (BA); 26/8 – Terceira etapa: Santa Maria da Vitória / Luís Eduardo Magalhães (BA); 27/8 – Quarta etapa: Luís Eduardo Magalhães / Luís Eduardo Magalhães (Maratona); 28/8 – Quinta etapa: Luís Eduardo Magalhães / Luís Eduardo Magalhães (Maratona); 29/8 – Sexta etapa: Luís Eduardo Magalhães / Formosa (GO); 30/8 – Sétima etapa: Formosa / Formosa; 31/8 – Oitava etapa: Formosa / Brasília.

Distância total: 3.704 km

Especiais: 2.070 km.

Entidades lançam fórum popular para debater segurança pública

A organização Iniciativa Negra lançou na quarta-feira (28) o Fórum Popular de Segurança Pública e Política de Drogas de São Paulo, na capital paulista. O grupo surge com o objetivo de priorizar debates e políticas de proteção a grupos socialmente vulneráveis e que são alvo de agentes do Estado. Outra pauta é o conjunto de políticas de drogas.

Mais de 20 entidades de diversos setores da sociedade irão compor o fórum, viabilizado com o apoio da Fundação Friedrich Ebert (FES) e do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Há desde pesquisadores e movimentos sociais entre os participantes. Para fomentar as discussões dentro de cada tópico, o fórum ficará dividido em grupos de trabalho, com os eixos Produção e cruzamento de dados; Comunicação; Territorialidade e advocacy para dialogar com o poder público e outros setores.

Fatos que marcaram a história do estado de São Paulo mais recentemente, como as violações de direitos praticadas no âmbito das operações Escudo e Verão, na Baixada Santista, fazem parte do contexto geral que justifica a criação do fórum, segundo os articuladores.

Foto/Rovena Rosa/ABr

Como ressalta a coordenadora de advocacy da Iniciativa Negra, Juliana Borges, a decisão sobre o que vira ponto de análise e discussão não surge de modo aleatório, mas sim de forma fundamentada. "A gente resolve se reunir nesse espaço a partir de dados, evidências que são apresentadas por pesquisas nos últimos períodos, que mostram uma mudança da violência e, principalmente, dos modelos de segurança pública e policiamento no estado", explica.

A coordenadora diz que os índices de letalidade policial haviam caído em um tempo no qual os movimentos sociais atuavam com mais intensidade. Juliana destaca também que o caráter popular do fórum é algo de que os integrantes não abrem mão, por entender que deve refletir a participação e a representatividade, por meio da escuta das comunidades afetadas.

"Um ponto muito importante é popularizar o debate da segurança pública, construir propostas de incidência na agenda de políticas públicas a partir dos territórios, das comunidades, com enfoque nessas comunidades vulnerabilizadas e vitimadas por essa política de violência, para promover uma segurança pública que seja, de fato, comunitária, que garanta realmente segurança para as pessoas, que seja do Estado Democrático de Direito e respeite os direitos humanos", pontua.

"A segurança é uma agenda que atravessa a vida de todos nós, de uma maneira ou de outra, seja diretamente, nos bairros e comunidades violentados, seja indiretamente, na sensação de insegurança, em territórios de classe média, sendo afetados por furtos e roubos e não necessariamente sendo vítimas de homicídios ou da letalidade policial", afirma a coordenadora. (Agência Brasil)

SP abre consulta pública sobre uso de parques na capital e na Grande São Paulo

A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil) disponibilizou orientações para uso e operacionalização de três parques do estado de São Paulo, que somam 3.481.000 m², o equivalente a duas vezes a área do Parque Ibirapuera. O objetivo é que a população frequentadora dos locais possa trazer suas contribuições sobre a utilização de cada unidade, como sugerir mudanças na abertura do parque ou transformar um espaço para um playground, academia ou área pet.

A consulta com a população é importante porque, por meio dessa ação, os frequentadores poderão trazer suas avaliações como visitantes diários e ter a possibilidade de enxergar uma mudança ou necessidade, diferente de quem não utiliza o espaço com frequência. Para conferir a minuta elaborada e fazer essa análise, basta acessar: Parque Gabriel Chucre; Parque Ecológico da Várzea do Embu-Guaçu – Professor Aziz Ab'Saber e Parque Ecológico do Guarapiranga.

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Vereadores das maiores igrejas cristãs protestantes, com destaques pras Assembleias de Deus - Belém [desde 1911] e Madureira [desde 1929] - e pra igreja Universal avaliam que [incluindo todas as demais] não votam em Boulos (PSOL) pra prefeito

.

PREFEITURA
Com alta margem de erro [3 pontos percentuais], a pesquisa Quaest deu cerca de 22% pro Boulos (PSOL); 19% pro prefeito Nunes (MDB); 19% pro Marçal (PRTB); 12% pro Datena (PSDB) e 8% pra Tábata (PSB). Na prática, os 3 primeiros estão tecnicamente ...

.

(São Paulo)
... empatados. Os resultados da Quaest são bem mais vendáveis do que o da Veritás, que ontem divulgou levantamento [com 2 pontos percentuais de margem de erro] dando Marçal (PRTB) com 30% e o prefeito Nunes (MDB) com cerca de desconfiáveis 14%

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Assim como os vereadores do parlamento paulistano, os deputados e a deputada Edna Macedo [irmã do Edir] que compõem a bancada da igreja Universal [via partido Republicanos] não votam [de forma alguma] no Boulos (PSOL) pra prefeito da capital

.

CONGRESSO (Brasil)
Uma coisa é certa e líquida na Câmara Deputados. Se os próprios deputados federais votassem nos seus colegas [pelo Estado SP], o ex-senador e atual deputado Antonio Carlos Rodrigues (PL) seria campeão do prêmio "Congresso em Foco" dos melhores

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Lula [ainda dono do PT] segue bem preocupado com as pesquisas que mostram candidaturas [pelo PT ou pelos partidos que Lula apoia] com poucas chances [de chegar ao 2º turno ou de vencer as eleições pra prefeituras das capitais em todos os Estados

.

PARTIDOS (Brasil)
Começa a amanhã - pelo rádio e televisão - a campanha dos candidatos às prefeituras e Câmaras de vereadores(as) em todos os Estados brasileiros. Equivoca-se quem imagina que as redes sociais influenciam quase tudo. As propagandas são complementares

.

ANO 32
O jornalista **Cesar Neto** faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, esta coluna de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Buscarás ao SENHOR, teu Deus, e o acharás, quando o buscares de todo o teu coração e de toda a tua alma" **Deuteronômio 4:29**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50
Impressão: Grafica Pana

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Unicef alerta sobre efeitos de queimadas para crianças e adolescentes

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que agosto é considerado o pior mês para queimadas em pelo menos 16 estados do Brasil. No Amazonas, por exemplo, este é o segundo ano consecutivo de uma estiagem histórica, sendo que em 2024 a seca chegou antes do previsto e a expectativa é de que seja mais severa do que em 2023.

Em razão desses registros, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) informou, na quarta-feira (28), que crianças e adolescentes são as mais impactadas pelas queimadas. A instituição fez várias recomendações para os dias de muita fumaça e poluição provocadas pelo fogo.

Para a coordenadora nacional de saúde do Unicef, Luciana Phebo, "este é um período que exige muita atenção por parte dos pais, cuidadores e professores. As escolas devem evitar atividades ao ar livre e sempre manter um recipiente com água na sala de aula. Além disso, é preciso deixar disponível ou oferecer com frequência água para as crianças e evitar sucos açucarados. [Deve-se] dar muita fruta e garantir refeições mais leves." Luciana explica que este é uma época do ano em que é muito frequente o aumento de diarreias e infecções respiratórias.

Entre as recomendações estão o uso de máscara para ir à escola (crianças maiores de dois anos) e beber bastante água. Também é importante fechar portas e janelas e ter uma vasilha com água ou toalha molhada para umedecer o ambiente. Em caso de ardência ou coceira, nariz e olhos podem ser lavados com soro fisiológico.

A especialista de Emergência, Saúde e Nutrição do Unicef, Neideana Ribeiro, alerta que "as crianças precisam de espaço para brincar, mas nesses dias assim é melhor evitar a exposição fora de casa, ao ar livre, e esperar a melhoria da qualidade do ar para que a criança tenha a possibilidade de sair e brincar fora. Um outro ponto que a gente orienta é manter sempre um espaço, que podemos chamar de espaço limpo, que pode ser uma sala, pode ser um quarto, que fique com as janelas e portas fechadas, um ambiente sem exposição de fumaça", opina.

Faltando menos de uma semana para o fim do mês, agosto já bateu o número de incêndios registrados nos outros meses do ano em estados como Amazonas, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Piauí e São Paulo.

Dados atualizados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais mostram que - somente no último fim de semana - em apenas 48 horas, foram mais de 4,4 mil focos de incêndios florestais no país. A Amazônia foi o bioma mais atingido, com 60,7% da área contaminada pelo fogo. (Agência Brasil)

Mostra em SP apresenta afeto e humor da fotógrafa Stefania Bril

Em uma calçada da capital paulista, um menino se encontra deitado, com a cabeça pousada sobre um carrinho de compras. Em suas mãos, uma revista em quadrinhos. A singela e irreverente imagem do cotidiano, ocorrida em 1973, não passou despercebida pelo olhar de Stefania Bril (1922-1992). O momento acabou sendo registrado e eternizado pelas lentes de sua câmera e acabou rendendo uma de suas fotografias mais conhecidas: Menino lê gibi em carrinho de supermercado.

Essa é uma das cerca de 160 fotografias, todas em preto e branco, que foram tiradas sobretudo na década de 1970 e que, desde a noite da terça-feira (27), estão em exposição no Instituto Moreira Salles (IMS), na Avenida Paulista. Chamada de Stefania Bril: desobediência pelo afeto, é a primeira mostra individual dedicada à obra da artista nos últimos 30 anos.

Nascida em Gdansk, na atual Polônia, Stefania Bril viveu a infância e adolescência em Varsóvia. Sobreviveu ao Holocausto e, ao final da guerra, mudou-se para a Bélgica, onde se graduou em química. Em 1950, ela e o marido migraram para o Brasil, onde começou a trabalhar nas áreas de bioquímica e química nuclear. Foi somente aos 47 anos que começou a atuar com fotografia, captando especialmente cenas cotidianas nas cidades, com pessoas comuns retratadas em situações de encontro, afeto e humor. "Insisto em ter uma visão poética e levemente zombeteira de um mundo que às vezes se leva a sério demais", dizia a artista.

Suas fotos registram não só os anônimos e o fluxo da vida, como também as sutilezas, ironias e contradições do dia a dia. Como aquela em que um rapaz está com o corpo estendido sobre a grama, com exceção de seus pés, que estão voltados para a calçada. Ao lado dele, há uma placa, onde se lê: Não pise na grama.

"Ela não era uma fotógrafa comum, mas uma fotógrafa do comum", definiu a curadora Ileana Pradilla Ceron, durante batepapo na noite da terça-feira (27) e que abriu a exposição ao público. "Ela não tinha um lugar específico dentro das convenções. Não era uma fotógrafa de jornalismo e nem de ensaios ou temas específicos. Muitas vezes, temos a sensação de que suas fotos são ingênuas porque não estão tratando dos grandes temas como os da esfera pública, política ou do poder. Ela não trata de questões de gênero nem de temas exóticos. Está retratando a vida, o cotidiano. Mostra exatamente o que não vemos", disse a curadora.

"A Stefania tinha essa coisa que não é fácil de conseguir: estar ligada ao passado, mas com os olhos no futuro. Ela deixou essa obra grande e importante, mas também os elos de onde a gente vem. Cada um de nós, se fizermos pequenas coisas, elas se tornarão grandes", disse a fotógrafa Nair Benedicto que, em 1991, fundou o Nafoto – Núcleo dos Amigos da Fotografia, junto com Stefania Bril.

Os dois grandes temas mais explorados pela artista, disse o também curador Miguel Del Castillo, são as cidades e as pessoas que habitam essas cidades. "Ela vê as cidades com outro olhar. Nos anos 70, fotografando, vê onde a modernidade falha, onde ela não é suficiente, onde essas cidades modernas não comportam diferenças e não deixam a vida florescer".

Nessas fotos, traz sempre uma dose de humor e irreverência e também de desobediência. "O cotidiano, considerado um tema sem importância, é afirmado por Stefania como espaço de resistência, inclusive em meio a um contexto totalitário como os anos de chumbo no Brasil, quando fotografava", afirmaram os curadores.

"O cotidiano representa a saída possível para quem vivia uma circunstância histórica de repressão", definiu Cremilda Medina, jornalista, pesquisadora, professora e que conviveu com a fotógrafa. "Essa fotografia [do rapaz lendo o gibi deitado com a cabeça sob o carrinho de supermercado] é o símbolo da leitura cultural que Stefania fez nas ruas de São Paulo e no mundo contemporâneo", destacou.

Para esta exposição, a seleção foca especialmente na produção fotográfica de Stefania, mas também destaca sua atuação como crítica e agitadora cultural, lembrando que foi a primeira pessoa a assinar como crítica de fotografia na imprensa brasileira, tendo trabalhado por mais de uma década no jornal O Estado de S. Paulo e na revista Iris Foto. Ela também foi responsável por organizar os primeiros festivais de fotografia no Brasil e concebeu a Casa da Fotografia Fuji, primeiro centro cultural em São Paulo voltado exclusivamente para o ensino e a divulgação da fotografia, que coordenou de 1990 a 1992.

Apesar de ter produzido mais de 11 mil fotogramas no período de 1969 a 1980 e de ter deixado mais de 400 textos críticos sobre o tema, sua obra ainda é pouco conhecida no país. Essa falta de reconhecimento nas discussões sobre fotografia impediu, por exemplo, que ela se tornasse uma referência na cultura visual do Brasil.

Visitando a exposição pela primeira vez, a arquivista Clarice Ferreira, 26 anos, observou que, apesar de pouca reconhecida e estudada, Stefania era muito conhecida em seu meio. "É meio dicotômico quando a gente pensa sobre isso, porque quando vejo o arquivo dela de perto percebo que, na verdade, embora o trabalho não fosse exposto ou reconhecido, ela era super conhecida na área. Tinha contato com vários fotógrafos brilhantes, como Evandro Teixeira, Sebastião Salgado, Maureen Bisilliat. Me pergunto como que o trabalho dessa mulher não era reconhecido se ela era tão conhecida por todas as pessoas da área naquela época. Com certeza existe um apagamento e isso se reflete de várias maneiras, até pelo tempo que essa exposição levou para existir", comentou em entrevista à Agência Brasil.

Para Clarice, o trabalho de Stefania traz sempre um olhar diferente. "Sua fotografia é muito sensível, um olhar que realmente os fotógrafos da época não estavam interessados em passar. Além disso, a forma como lia a fotografia também era muito interessante. E, não obstante, ela virou crítica e curadora. Tinha um jeito muito diferente de conduzir o trabalho e basicamente não estava nem aí para o que as pessoas iam pensar. Fazendo o que queria, chegou muito longe".

O assistente de fotografia Humberto Felga, 24 anos, que não conhecia o trabalho de Stefania, destacou que sua obra deveria ser mais reconhecida. "É um nome que já devia vir à tona há muito tempo e que foi apagado. Então, estou feliz de estar conhecendo agora o trabalho dela. O que me chama a atenção é esse registro de vida. Notei essa carga cômica que ela tem. Tem uma foto de uma criança, inclusive, que diz 'eu sou corajosa' e é uma criança super posturada, com olhar. Não sei se é exatamente o que ela estava escutando ou o que estava vendo na hora, mas ela trouxe num título essa narrativa".

A exposição, que é gratuita, fica em cartaz até o dia 26 de janeiro. Mais informações sobre a mostra podem ser obtidas no site do IMS. (Agência Brasil)

Caged registra criação de 188 mil postos de trabalho em julho

Após subir em junho, a criação de emprego formal caiu em julho. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, 188.021 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

A criação de empregos subiu 32,3% em relação ao mesmo mês do ano passado. Em julho de 2023, tinham sido criados 142.107 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores. Em relação aos meses de julho, o volume foi o maior desde 2022.

Nos sete primeiros meses do ano, foram abertas 1.492.214 vagas. Esse resultado é 27,2% mais alto que no mesmo período do ano passado. A comparação considera os dados com ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores.

O resultado acumulado é o maior desde 2021, quando tinham sido criados 1.787.662 postos de trabalho de janeiro a julho. A mudança da metodologia do Caged não torna possível a comparação com anos anteriores a 2020.

Apesar da aceleração em julho, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, manifestou preocupação com um possível aumento de juros no segundo semestre. Tradicional crítico da política monetária do Banco Central, ele disse que uma possível elevação na Taxa Selic (juros básicos da economia) pode comprometer os investimentos e prejudicar o mercado de trabalho e o orçamento público.

"Isso [um possível aumento de juros] é uma aberração econômica. Espero que o Banco Central fale sobre controlar a inflação pela oferta, não pela restrição de demanda", disse o ministro em entrevista coletiva.

Setores

Na divisão por ramos de atividade, todos os cinco setores pesquisados criaram empregos formais em julho. A estatística foi liderada pelos serviços, com a abertura de 79.167 postos, seguidos pela indústria (de transformação, de extração e de outros tipos), com 49.471 postos a mais. Em terceiro lugar, vem o comércio, com a criação de 33.003 postos de trabalho.

O nível de emprego aumentou na constrição civil, com a abertura de 19.694 postos. Mesmo com a pressão pelo fim da safra de vários produtos, a agropecuária criou 6.688 vagas no mês passado.

Destaques

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, com a abertura de 45.352 postos formais. A categoria de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais abriu 11.102 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 45.803 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou o segmento de água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação, que abriu 1.986 vagas.

As estatísticas do Caged apresentadas a partir 2020 não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior separava os dados do comércio atacadista e varejista.

Regiões

Todas as cinco regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em julho. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 82.549 postos a mais, seguido pelo Nordeste, com 39.341 postos. Em seguida, vem o Sul, com 33.025 postos. O Centro-Oeste abriu 15.347 postos de trabalho, e o Norte criou 13,5 mil vagas formais no mês passado.

Na divisão por unidades da Federação, apenas o Espírito Santo registrou saldo negativo, com a eliminação de 1.029 vagas. Os destaques na criação de empregos foram São Paulo (+61.847 postos), Paraná (+14.185) e Santa Catarina (+12.150). Os números mais baixos de abertura de vagas foram registrados no Amapá (+472), no Tocantins (+205) e em Roraima (+137).

Rio Grande do Sul

Em relação ao Rio Grande do Sul, o ministro do Trabalho e Emprego destacou que os dados positivos em julho refletem os investimentos do governo federal na reconstrução do estado, afetado por grandes enchentes em abril e maio.

Segundo os números do Caged, 6.690 vagas foram abertas no Rio Grande do Sul em julho. Esse foi o primeiro saldo positivo desde abril. "Eu achava que isso [a geração de empregos no território gaúcho] ia acontecer na passagem desse ano para o ano que vem. É uma surpresa muito positiva desse processo", declarou Luiz Marinho. (Agência Brasil)

Serviços não financeiros tiveram recorde de ocupação em 2022, diz IBGE

O setor de serviços não financeiros alcançou, em 2022, um contingente de 14,2 milhões de pessoas ocupadas. Isso significa um recorde no volume de mão de obra dentro da série histórica que começou em 2007 e um patamar 13,9% maior do que ocorreu em 2013. A evolução na comparação com o ano de 2021 é de 5,8%, o que corresponde a 773,1 mil pessoas as mais ocupadas. No acumulado entre 2019, ano imediatamente anterior à pandemia, e 2022, o volume de mão de obra avançou 10,3%.

Entre as 34 atividades analisadas, cinco concentraram 47,3% das pessoas ocupadas do setor: Serviços de alimentação (11,6%); Serviços técnico-profissionais (11,4%); Transporte rodoviário de cargas (8,4%); Serviços para edifícios e atividades paisagísticas (8,2%); e Serviços de escritório e apoio administrativo (7,7%).

Os são dados da Pesquisa Anual de Serviços (PAS) 2022, divulgada nesta quarta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo o analista da PAS, Marcelo Miranda, as 14,2 milhões de pessoas ocupadas receberam R$ 518 bilhões em salários e remunerações, trabalhavam em aproximadamente 1,6 milhão de empresas que geraram de receita operacional líquida R$ 2,7 trilhões e de valor adicionado bruto, R$ 1,5 trilhão. "O que mostra um pouco a importância do setor de serviços dentro do país", comentou em videoconferência.

Apesar da alta de 10,3% no volume de mão de obra no acumulado entre 2019 e 2022, o segmento dos Serviços prestados, principalmente, às famílias, registrou redução de 3,2% ou 92,4 mil empregos a menos. A explicação neste caso foi o período da pandemia, quando grande parte da população passava por isolamento e não usava este tipo de atividade. No entanto, depois desse período vem registrando recuperação.

"Esse segmento possui atividades muito intensas em presenciais como restaurantes, hotelaria e isso explica um pouco essa perda de participação, mas a gente percebe que após 2020, em 2021 e 2022 vem se recuperando e ganhando mais participação ao longo dos últimos dois anos", indicou.

Também considerando o volume de pessoas ocupadas, o maior avanço no emprego em 2022 foi na atividade de Serviços técnico-profissionais, que teve crescimento de 166,1 mil pessoas, ficando em um patamar mais elevado, se comparado a 2021, e também em relação ao período pré-pandemia. No acumulado de 2019 a 2022 foram 353,8 mil pessoas a mais ocupadas.

Pesquisa

A Pesquisa Anual de Serviços analisa a atividade nos segmentos de Serviços prestados principalmente às famílias; Serviços de informação e comunicação; Serviços profissionais, administrativos e complementares; Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio; Atividades imobiliárias; Serviços de manutenção e reparação; e Outras atividades de serviços.

"O objetivo da PAS, diferente das pesquisas conjunturais, é ver as mudanças estruturais e grandes alterações que ocorreram ao longo de um prazo, mas também algumas análises relevantes que a gente acha a partir de 2019 que é o ano pré pandemia. A gente achou que algumas comparações referentes a 2019 são importantes", disse o analista.

As variáveis analisadas são Emprego e salários; Receita de prestação de serviços; Custos e despesas; e Regionalização de receita de serviços, empregos e salários.

"A pesquisa não tem nos seus questionamentos efeitos de causalidade, o porquê de determinada coisa acontecer. A gente não faz este tipo de pergunta. Temos apenas perguntas objetivas e numéricas e a gente apresenta as variáveis", apontou Miranda.

Ao todo, 128 664 entidades empresariais do setor de serviços não financeiros participam da PAS. Para responder à pesquisa, a empresa precisa ter como atividade principal a de prestação de serviços não financeiros; ter situação ativa no Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) do IBGE; e ser sediada em território nacional. Na Região Norte, se estende a apenas municípios das capitais, com exceção do Pará, onde é realizada nos municípios da Região Metropolitana de Belém.

Salários médios

Em 2022, o trabalhador médio do setor de serviços recebeu cerca de 2,3 salários-mínimos (s.m) mensais. O segmento de Serviços prestados principalmente às famílias foi o que pagou os menores salários (1,4 s.m.). Já os maiores ficaram no segmento de Serviços de informação e comunicação (4,8 s.m.). São Paulo foi a unidade da federação que pagou a maior remuneração média (2,9 s.m.), ao contrário, Roraima e Piauí tiveram os menores salários médios (1,3 s.m.). No período de 10 anos, a remuneração média do setor ficou estável em cerca de 2,3 s.m.

Receita Operacional Líquida

O segmento de Serviços de informação e comunicação foi o que mais perdeu participação nos 10 anos. A retração ficou em 5,6 pontos percentuais (p.p.)., enquanto o segmento outras atividades de serviços foi o que mais avançou, com alta de 3,4 p.p. no período.

O segmento mais representativo em 2022 foi o de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio, que respondeu por 29,8% da receita operacional líquida do setor de serviços, o que representou um incremento de 1,2 p.p. em 10 anos. Em movimento contrário, o segmento de Serviços de informação e comunicação apresentou a maior redução de importância dentro do setor de serviços, com retração de 5,6 p.p.. A contribuição para este resultado negativo partiu da atividade de Telecomunicações, que diminuiu a sua representatividade em 6,7 p.p..

Receita Operacional Líquida Atividades

A atividade de Telecomunicações foi a que teve maior redução de participação (6,7 p.p.), entre 2013 e 2022. Com isso, saiu da primeira para a quinta maior atividade em receita operacional líquida. Já a de maior aumento de participação foi Tecnologia de informação, com crescimento de 3,4 p.p.. Também no período, Transporte rodoviário de cargas subiu 2,5 p.p.. "Dentre as 34 atividades [pesquisadas dentro dos segmentos] é que mais gerou receita operacional líquida com 13,1% do total das receitas do setor de serviços do país", acrescentou.

Empresas

Outro ponto revelado pela PAS é que entre 2013 e 2022, a concentração de mercado nas oito maiores empresas do setor de serviços, chamada de R8, caiu de 9,5% para 6,8% em toda a receita operacional líquida do setor. Foi determinante para o resultado os recuos, nesses 10 anos, de 5,1 pontos percentuais (p.p) do segmento de Serviços de informação e comunicação e de 3,3 p.p. em Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio. "Há uma queda dessa concentração ao longo dos anos, mas, ainda assim, as oito maiores empresas representam em 2022, 30,8% do total da receita gerada por este segmento dentro do setor de serviços", observou.

Regiões

Nas regiões do país, junto à menor participação dos Serviços de informação e comunicação na receita do setor, houve o aumento da representatividade dos Serviços profissionais, administrativos e complementares no ranking das Regiões Nordeste (31%), Sudeste (27,7%), Norte (27,2%) e Sul (25,9%). No Centro-Oeste, no entanto, a liderança ficou com o Transporte rodoviário (26%).

Ainda nas regiões, em 2022, o Sudeste concentrou 65,4% da receita bruta de serviços gerada no país. O Transporte rodoviário, que inclui o de passageiros e o de cargas, ficou na frente, no nível desagregado das atividades, em Mato Grosso, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, mas nas outras unidades da federação quem liderou foi a prestação de Serviços profissionais, administrativos e complementares.

A Região Nordeste se manteve com os menores salários médios na série da pesquisa, enquanto o Sudeste apresentou remuneração acima da média nacional.

Comércio x Serviços

Para explicar a diferença entre comércio e serviços, o IBGE deu como exemplo a compra de um refrigerante em um supermercado que será consumido em casa, o que significa que o estabelecimento praticou uma atividade comercial. Já a serviço ocorre quando o consumo deste produto é em uma lanchonete.

Economia

No entendimento do IBGE, o setor de prestação de serviços não financeiros refletiu o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos em 2022, principalmente, a diminuição do desemprego, que terminou o ano em 7,9%. Além disso, sofreu influência do crescimento de 3% do PIB, tendo como destaque o avanço de 4,1% no consumo das famílias.

Para os pesquisadores, a intensificação da volta da atividade econômica depois do auge da pandemia de covid-19 pode estar associada à parte considerável do resultado do setor de serviços, como também, o impulso em setores com forte integração com outras áreas da economia.

"Os resultados da PAS 2022 estão inseridos nesse contexto de plena retomada das atividades produtivas e intensificação de setores-chave na vida de cidadãos e empresas, como é o caso de Transportes e Tecnologia da Informação", destacou o IBGE.

O analista da pesquisa disse que os efeitos da chuva no Rio Grande do Sul não entraram nos cálculos porque essa PAS analisa números até 2022. "O que aconteceu no Rio Grande do Sul agora em 2024 a gente ainda não consegue verificar nesta pesquisa porque a gente está trabalhando com dados até 2022. Só vai ter essa percepção do que ocorreu e da influência do que ocorreu na região sul por causa dos alagamentos, dentro do setor de serviços, na pesquisa com dados de 2024, daqui a dois anos", informou. (Agência Brasil)

Campos Neto parabeniza Galípolo por indicação ao comando do BC

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, parabenizou em nota o diretor de Política Monetária do órgão, Gabriel Galípolo, pela indicação ao comando da autarquia. Na quarta-feira (28), Galípolo teve o nome confirmado para comandar o BC a partir de 2025.

No comunicado, Campos Neto informou que a transição será feita com cautela. "Após a sabatina e a aprovação pelos senadores, a transição dos mandatos será feita da maneira mais suave possível, preservando a missão da instituição", destacou no texto.

O Banco Central também informou que Campos Neto e Galípolo têm trabalhado de "forma harmônica e construtiva" desde a posse do atual diretor de Política Monetária, em julho de 2023. "Campos Neto deseja a Galípolo muito sucesso nessa nova fase da sua vida profissional", conclui o texto.

Mais cedo, Campos Neto tinha afirmado estar à disposição para uma transição gradual no comando da autoridade monetária, que dê tempo ao indicado de preparar-se para a sabatina no Senado. Ele tinha defendido a antecipação do anúncio do nome, mas ressaltou que essa prerrogativa cabia ao presidente da República.

"Sempre disse que queria fazer uma transição suave, assim como o Ilan Goldfajn fez comigo", disse Campos Neto, referindo-se ao seu antecessor na presidência do BC. Atualmente, Goldfajn é presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

"Sempre disse que era talvez importante anunciar alguém um pouco antes, para a gente ter o tempo de fazer a transição, poder passar o trabalho, coisas assim. E que eu faria isso da forma mais civilizada e mais suave possível, independente do que estivesse acontecendo", disse Campos Neto em conferência promovida pelo Banco Santander.

"Tenho dito, já há algum tempo, que talvez antecipar a indicação fosse bom, e também tem o processo de sabatina que precisa ser feito e às vezes leva um pouco de tempo. Entendo que essa é uma decisão do governo, prerrogativa do governo. Respeito isso e estou à disposição para fazer a transição da forma mais suave possível", concluiu Campos Neto.

Fim de mandato

No fim deste ano, acabam os mandatos de Campos Neto e dos diretores de Regulação, Otavio Damaso, e de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta, Carolina de Assis Barros. Como Galípolo também é diretor de Política Monetária, o governo terá de indicar um novo diretor para a área.

Até agora, somente o substituto de Campos Neto foi indicado. Os demais nomes poderão ser definidos nos próximos meses. Todos precisam ser sabatinados pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e terem a indicação aprovada na comissão e no plenário da Casa. (Agência Brasil)

Receita do setor de máquinas e equipamentos cai 2,2% em julho

Em julho, a receita líquida total do setor de máquinas e equipamentos somou R$ 24 bilhões, queda de 2,2% na comparação com igual período do ano passado. Em relação a junho de 2024, houve aumento de 3,2%.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), o crescimento mensal foi puxado principalmente pelas exportações, que aumentaram 45,1% em relação a junho e 14,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior, somando US$ 1,3 bilhão em julho. Esse foi o melhor resultado das exportações em 2024 e também representou recorde histórico para um mês de julho.

As importações também cresceram no período, somando quase US$ 2,7 bilhões em julho, recorde para o mês. O aumento foi de 15,9% na comparação com junho e de 16,6% em relação a julho de 2023.

O consumo aparente de máquinas, que leva em conta equipamentos produzidos no país e importados, teve alta de 5,1% em relação a julho do ano passado e de 2,6% na comparação com junho, puxado pela melhora das importações.

O mês de julho também apresentou melhora no nível de emprego. O setor encerrou o mês com 389.279 colaboradores, aumento de 0,3% em relação a junho. Segundo a Abimaq, esse crescimento foi resultado da melhora nas indústrias de máquinas para bens de consumo, componente e máquinas para agricultura. No entanto, o quadro de pessoal continua abaixo do registrado no ano passado, com queda de 0,9% em relação a julho de 2023. (Agência Brasil)

Eufrázio
Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo Jornal O Dia SP com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

EDITAL DE INTIMAÇÃO, COM PRAZO DE 20 DIAS. Processo Digital nº: 0029409-12.2023.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 35ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Gustavo Henrique Bretas Marzagão, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Ana Aparecida Penachio, CPF 586.824.498-20, que lhe foi proposta uma ação de Cumprimento de sentença, por parte de Sociedade Beneficente de Senhoras - Hospital Sírio-libanês. Encontrando-se o(s) executado(a) em lugar incerto e não sabido, foi determinada sua INTIMAÇÃO, por edital, DA PENHORA realizada sobre as quantias bloqueadas pelo Sistema SISBAJUD, por intermédio do qual fica(m) intimado(s) de seu inteiro teor para, se o caso, oferecer impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, iniciando-se a contagem após o decurso do prazo do presente edital. E, para que chegue ao conhecimento de todos e para que no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. N - 29 e 30

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A FASTCARE Serviços de Análise Clínica Ltda, CNPJ 51.598.346/0001-74, de acordo com o artigo 1. 072 da Lei 10.406/02, convoca os sócios quotistas para sua Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 17 de setembro de 2024, às 15:00hs., na sede da empresa, localizado na Av. Jacutinga nº 187, Anexo R Inhambu 720, Sala 7, Indianópolis, São Paulo, SP, CEP 04515-030, onde estará em pauta o seguinte **assunto 1- Exclusão de sócio, por motivo de falta grave**.

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A **ARep Serviços de Análise Clínica Ltda**, CNPJ 29.473.205/0001-76, de acordo com o artigo 1. 072 da Lei 10.406/02, convoca os sócios quotistas para sua Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 17 de setembro de 2024, às 14:00hs., na sede da empresa, localizado na Av. Jacutinga nº 187, Anexo R Inhambu 720, Sala 7, Indianópolis, São Paulo, SP, CEP 04515-030, onde estará em pauta o seguinte **assunto: 1- Exclusão de sócio, por motivo de falta grave.**

ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS EM RESERVA COLONIAL

CNPJ: 02.275.698/0001-83

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Assembleia Geral Extraordinária– 2024.

Nos termos do Estatuto Social, ficam os Senhores Associados da **ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS EM RESERVA COLONIAL**, convocados para comparecerem à Assembleia Geral Extraordinária, em primeira convocação, no dia 10 de setembro de 2024 (terça-feira), às 19h (dezenove horas), nas dependências da Sede Social da Associação (Casa Sede) localizada à Rodovia Comendador Guilherme Mamprin, s/ nº, Valinhos-SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: - Reforma Belvedere (Academia): Decidir entre manter a academia em um único pavimento ou construir um segundo pavimento para que a academia seja instalada no piso superior. Discutir a realização de projeto e levantamento de custos para a instalação de elevador e ar-condicionado. Se não houver quórum em primeira convocação, instalar-se-á a Assembleia Geral extraordinária em segunda convocação, às 19h30, com qualquer número de associados presentes, de conformidade com o artigo 42 do Estatuto Social. **Lembramos: c) Associado inadimplente não poderá votar. b) Os Associados representados por procurador deverão apresentar procuração contendo poderes específicos e com reconhecimento da autenticidade da assinatura do outorgante. Valinhos, 23 de agosto de 2024. JOÃO CARLOS SIVIERO - DIRETOR PRESIDENTE**

Edital de 1ª e 2ª Praça de Bem Imóvel e para Intimação dos executados **SHOWTEC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA., CNPJ Nº 01.841.553/0001-30; AMNE ABOU AMCHE KADDOURAH, CPF Nº 142.324.958-51; ALI KADDOURAH, CPF Nº 087.919.308-55;** do credor hipotecário **BENEDITO ANDRADE DE OLIVEIRA;** dos coproprietários **IMADE KADDOURAH, CPF Nº 124.833.408-65,** casado sob o regime da comunhão parcial de bens com **SAMAR MOHAMAD EL HATITI KADDOURAH, CPF Nº 300.584.258-45; CALIL AHMED KADDOURAH, CPF Nº 125.411.358-40,** casado sob o regime da comunhão parcial de bens com **ANA LÚCIA PETRACHINI GOUVEA KADDOURAH, CPF Nº 151.595.008-55; HAMMER AHMED KADDOURAH, CPF Nº 128.766.608-65**, casado sob o regime da comunhão parcial de bens com **FEIRUZ MOHAMAD ALI GEBARA KADDOURAH, CPF Nº 154.403.968-96; HAMDE ABOU AMCHE, CPF nº 261.704.188-34,** casada sob o regime da comunhão de bens com **HAMID JAHJAH HAMIA, CPF nº 261.704.188-34**, da terceira interessada/coproprietária **KDL 168 SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO S/A, CNPJ Nº 26.907.582/0001-88 (FTRSPE 10 EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.),** dos credores trabalhistas **MIRYANNE DANTAS SANTOS, CPF Nº 385.827.418-63; FELIX DEMARCHI, CPF nº 629.370.148-87; MARCOS DOS REIS NEVES, CPF nº 287.264.716-00; GISELE CRISTINA MENEZES CARDOSO DOS SANTOS, CPF nº 361.550.568-97;** e **EDNA RIBEIRO DA SILVA, CPF nº 265.577.448-52;** expedido nos autos da Ação de Execução, requerida por **ALESSANDRO MOYSES TEIXEIRA, CPF nº 254.946.268-81**. **Processo nº 1008567-95.2017.8.26.0005.** O Dr. Trazibulo José Ferreira da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de São Miguel Paulista, na forma da Lei, etc...**FAZ SABER** aos que o presente edital de 1ª e 2ª Praça de bem imóvel virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que na forma do art. 879, II, do NCPC, regulamentado pelo Provimento 1625/2009, através do gestor judicial homologado pelo Tribunal de Justiça www.faroonline.com.br, sob o comando do Leiloeiro Oficial Sr. Renato Morais Faro, Jucesp nº 431, no dia 30/08/2024, às 15h, terá início a 1ª praça e se estenderá por três dias subsequentes, encerrando-se em 02/09/2024, às 15h, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á a 2ª praça que terá início imediatamente após o fechamento da primeira, e se encerrará no dia 19/09/2024, às 15h, para o 2º Leilão, ocasião em que os referidos bens serão entregues a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 60% da avaliação atualizada. Nos termos do art. 889, I, do CPC, pelo presente edital, ficam intimados os executados, e demais interessados se não intimados pessoalmente ou na pessoa de seus advogados. **CONDIÇÕES DE VENDA**: **DOS LANCES**: O presente Leilão será efetuado na modalidade "ON-LINE", sendo que os lances deverão ser fornecidos através de sistema eletrônico do gestor www.faroonline.com.br e imediatamente divulgados on-line, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. **CADASTRO:** Os interessados deverão cadastrar-se previamente no portal www.faroonline.com.br, para que participem da hasta, fornecendo todas as informações solicitadas e requeridas pelo Provimento. **DA COMISSÃO DO LEILOEIRO**: A comissão do leiloeiro será de 5% (cinco por cento) sobre o valor de arrematação, a ser paga pelo arrematante no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário. **FALE CONOSCO:** Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas no escritório do leiloeiro, na Rua Princesa Isabel, 86, cj. 64/65, 6º andar, Brooklin - São Paulo/SP, ou ainda, pelo telefone (11) 3105-4872 - email: faroleiloeis@terra.com.br. **LOTE 01:** Imóvel pertencente à matrícula nº 207.611, do 12º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. Descrição contida em matrícula: Um terreno situado na Av. São Miguel, formado pelo lote 16, da Vila Gomes, no Bairro do Franquinho, no Distrito de São Miguel Paulista, medindo 9,25m de frente para a referida Rua, por 33,00m da frente aos fundos de um lado, dividindo com o lote 15; 31,00m do outro lado, dividindo com o lote 17 e 9,00m nos fundos, dividindo com o lote 13, encerrando a área de 288,00m². Contribuinte nº 110.214.0039-3. De acordo com o laudo de avaliação constante dos autos o imóvel situa-se na Av. São Miguel, 1840, Bairro de Vila Marieta, em Zona de Eixo e Estruturação Previsto. Região mista, servida de boa infraestrutura urbana, transporte coletivo, e o imóvel se enquadra no Grupo II (Zona de uso residencial ou comercial e ocupação vertical) VALOR DA AVALIAÇÃO: R$981.680,00 (novecentos e oitenta e um mil, seiscentos e oitenta reais), conforme laudo de avaliação de fls., constante dos autos, datado de outubro/2021. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELO TJ/SP PARA JUNHO/2024: R$1.135.013,00 (um milhão, cento e trinta e cinco mil, e treze reais). LOTE 02:** Imóvel pertencente à matrícula nº 207.957, do 12º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. Descrição contida em matrícula: Um terreno situado na Av. São Miguel, Vila Gomes no Franquinho, no Distrito de São Miguel Paulista, medindo 10,00m de frente para a referida Rua, por 33,80m da frente aos fundos, pelo lado esquerdo de quem da referida Rua olha para o imóvel, confinando com o prédio nº 1.856 da Avenida São Miguel, 32,10m, pelo lado direito, confinando com o prédio nº 1840 da Avenida São Miguel, tendo nos fundos a largura de 9,00m, confinando com propriedade de Antonio Curtis. Contribuinte nº 110.214.0012-1. De acordo com o laudo de avaliação constante dos autos o imóvel situa-se na Av. São Miguel, 1848, Bairro de Vila Marieta, em Zona de Eixo e Estruturação Previsto. Região mista, servida de boa infraestrutura urbana, transporte coletivo, e o imóvel se enquadra no Grupo II (Zona de uso residencial ou comercial e ocupação vertical) VALOR DA AVALIAÇÃO: R$1.619.285,00 (um milhão, seiscentos e dezenove mil, duzentos e oitenta e cinco reais), conforme laudo de avaliação de fls., constante dos autos, datado de outubro/2021. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELO TJ/SP PARA JUNHO/2024: R$1.872.208,00 (um milhão, oitocentos e setenta e dois mil, duzentos e oito reais)**; **LOTE 03:** Imóvel pertencente à matrícula nº 145.497, do 12º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo. Descrição contida em matrícula: Um prédio, situado na Rua Mirandinha, 660, lote 03 da quadra 05, antiga Rua Nova Era, nº 26-A, Vila Esperança, no 3º Subdistrito de Penha de França, e seu terreno medindo 12,00m de frente, para a referida rua, 28,00m do lado direito, da frente aos fundos, de quem da rua olha para o imóvel, 31,00m do lado esquerdo de quem da rua olha para o imóvel, confrontando em ambos os lados com a propriedade de Maria Carlota de Melo Franco Azevedo, tendo nos fundos a mesma largura da frente, onde confronta do lado esquerdo de quem da rua olha para o imóvel numa extensão de 7,00m com Khalil Mohamead Abou Amchi, e do lado direito de quem da rua olha para o imóvel, numa extensão de 5,00m Hassei Teixeira Buo Anchi, com área de 367,00². Contribuinte nº 061.082.0183-5. De acordo com o laudo de avaliação constante dos autos o imóvel situa-se na Rua Mirandinha, 660, Bairro de Vila Marieta, em Zona de Eixo e Estruturação Previsto. Região mista, servida de boa infraestrutura urbana, transporte coletivo, e o imóvel se enquadra no Grupo II (Zona de uso residencial ou comercial e ocupação vertical) VALOR DA AVALIAÇÃO: R$698.983,00 (seiscentos e noventa e oito mil, novecentos e oitenta e três reais), conforme laudo de avaliação de fls., constante dos autos, datado de outubro/2021. **VALOR DA AVALIAÇÃO ATUALIZADO PELO TJ/SP PARA JUNHO/2024: R$808.160,00 (oitocentos e oito mil, cento e sessenta reais).**; **ÔNUS, DESPESAS, TAXAS E IMPOSTOS**: Eventuais ônus, despesas (encargos para efetiva transferência de titularidade do imóvel, eventual regularização perante os órgãos competentes e sua imissão na posse, e/ ou custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, etc.), taxas ou impostos decorrentes/incidentes sobre o bem correrão por conta do arrematante ou adjudicante, com exceção dos débitos do parágrafo único, do artigo 130 do CTN, que se sub-rogam sobre o preço dos bens. ***Observações gerais:*** **1.** Para o exercício do direito de preferência, é necessário que o interessado, além de estar cadastrado no site do gestor, encaminhe solicitação expressa para o e-mail: faroleiloes@terra.com.br, informando sua pretensão e qualificação completa, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do início do praceamento; **2.** Deve-se observar no caso o art. 843, §1º e §2º, do CPC, ou seja: "*Art. 843. Tratando-se de penhora de bem indivisível, o equivalente à quota-parte do coproprietário ou do cônjuge alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem. §1º. É reservada ao coproprietário ou ao cônjuge não executado a preferência na arrematação do bem em igualdade de condições. §2º. Não será levada a efeito expropriação por preço inferior ao da avaliação na qual o valor auferido seja incapaz de garantir, ao coproprietário ou o cônjuge alheio à execução, o correspondente à sua quota-parte calculado sobre o valor da avaliação*". A íntegra da minuta do edital pode ser consultada no site do leiloeiro ou pelo telefone (11) 31054872 ou 934023035

Banco Bradescard S.A.

CNPJ nº 04.184.779/0001-01 – NIRE 35.300.182.359

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 25.4.2024

Data, Hora, Local: Em 25.4.2024, às 8h30, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: José Ramos Rocha Neto; Secretário: Carlos Leibowicz. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 22.3.2024 no jornal "O DIA SP", páginas 5 e 6. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", a proposta da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente, foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** Aprovaram, sem qualquer alteração ou ressalva, a proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquele Órgão de 21.3.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para alterar parcialmente o estatuto social no "caput" do Artigo 7º, diminuindo de 3 (três) para 2 (dois) o número mínimo e de 13 (treze) para 12 (doze) o número máximo de membros da Diretoria, excluindo o cargo de Diretor Gerente, com a consequente alteração das redações do Parágrafo Segundo do Artigo 8º e do Artigo 10. Em consequência, as redações dos mencionados dispositivos passam a ser as seguintes, após a homologação do processo pelo Banco Central do Brasil: "Artigo 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos novos administradores eleitos, composta de 2 (dois) a 12 (doze) membros, distribuídos nos seguintes cargos: Diretor Geral e Diretor. Artigo 8º) - **Parágrafo Segundo** - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor Geral. Artigo 10) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) Diretor Geral: I. presidir as reuniões da Diretoria, bem como supervisionar e coordenar as ações dos seus membros; II. distribuir, entre os membros, atribuições nas diversas áreas operacionais e administrativas da Sociedade; III. dirimir dúvidas ou controvérsias surgidas na administração executiva da Sociedade; b) Diretores: colaborar com o Diretor Geral no desempenho de suas funções, supervisionar e coordenar as áreas que lhe ficarem afetas.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** I) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; II) tendo em vista que a Sociedade apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31.12.2023, no valor de R$235.096.171,72 (duzentos e trinta e cinco milhões, noventa e seis mil, cento e setenta e um reais e setenta e dois centavos), utilizar o saldo da conta "Reserva de Lucros - Reserva Estatutária", no valor de R$107.677.688,22 (cento e sete milhões, seiscentos e setenta e sete mil, seiscentos e oitenta e oito reais e vinte e dois centavos) para absorção de parte do referido prejuízo; III) registraram o pedido de renúncia formulado pelo senhor ***Marcos Valério Tescarolo***, ao cargo de Diretor da Sociedade, em carta desta data (25.4.2024), cuja transcrição foi dispensada, a qual ficará arquivada na sede da Sociedade para todos os fins de direito; IV) elegeram, ***Diretores*** da Sociedade, os senhores: ***André David Marques***, brasileiro, casado, bancário, RG 19.374.704-2/SSP-SP, CPF 934.928.129/53; ***Affonso Correa Taciro Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 17.265.836-6/SSP-SP, CPF 125.725.268-24; ***Antonio Campanha Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.858.522-6/SSP-SP, CPF 167.477.158/45; ***Marcos Daniel Boll***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.581.243-0/SSP-PR, CPF 829.357.189-68; ***Vinícius Panaro***, brasileiro, casado, bancário, RG 32.506.870-7/SSP-SP, CPF 321.279.048-26; e ***Danilo Luis Damasceno***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.047.481-7/SSP-SP, CPF 200.051.688/21, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os quais: a) firmaram declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; b) terão: i) seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos; ii) mandato coincidente com o dos demais diretores, estendendo-se até a posse dos novos diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026. Em consequência, a Diretoria da Sociedade, com mandato até a posse dos novos diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026, fica assim composta: ***Diretor Geral: José Ramos Rocha Neto***, brasileiro, casado, bancário, RG 52.969.025-1/SSP-SP, CPF 624.211.314/72; ***Diretores: Carlos Leibowicz***, argentino, divorciado, bancário, RNE V298711-I/CGPI/DIREX/DPF, CPF 225.472.338-35; ***José Gomes Fernandes***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.057.233-5/SSP/SP, CPF 135.834.253/91; ***Clayton Neves Xavier***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.251.048-1/SSP-SP, CPF 103.750.518/21; ***Nairo José Martinelli Vidal Júnior***, brasileiro, casado, bancário, RG 18.496.678-4/SSP-SP, CPF 116.088.168/50; ***Oswaldo Tadeu Fernandes***, brasileiro, solteiro, em união estável, bancário, RG 18.327.286-9/SSP-SP, CPF 088.897.978/94; ***André David Marques***, brasileiro, casado, bancário, RG 19.374.704-2/SSP-SP, CPF 934.928.129/53; ***Affonso Correa Taciro Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 17.265.836-6/SSP-SP, CPF 125.725.268-24; ***Antonio Campanha Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.858.522-6/SSP-SP, CPF 167.477.158/45; ***Marcos Daniel Boll***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.581.243-0/SSP-PR, CPF 829.357.189-68; ***Vinícius Panaro***, brasileiro, casado, bancário, RG 32.506.870-7/SSP-SP, CPF 321.279.048-26; e ***Danilo Luis Damasceno***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.047.481-7/SSP-SP, CPF 200.051.688/21, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; V) fixaram o valor mensal de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais) para remuneração dos Diretores eleitos, enquanto permanecerem no exercício de suas funções na Sociedade. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP-296875/O-4, senhor Gustavo Mendes Bonini, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: José Ramos Rocha Neto; Secretário: Carlos Leibowicz; Administrador: Carlos Leibowicz; Acionista: Banco Bradesco S.A., representado por seus diretores, senhores José Ramos Rocha Neto e Antonio Campanha Junior; Auditor: Gustavo Mendes Bonini. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: José Ramos Rocha Neto; Secretário: Carlos Leibowicz. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 297.457/24-0, em 5.8.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1023213-46.2022.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Cindy Covre Rontani Fonseca, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MSK OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA., CNPJ nº 23.206.780/0001-26, na pessoa de seus representantes legais, ação: Execução, reqte: Alan Latini Maioli, objetivando o recebimento de R$ R$ 300.000,00 (04/2022) representada por Confissão/Composição de Dívida, estando os réus em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir após os 20 supra, paguem o valor supra devidamente corrigido e acrescido de honorários advocatícios de 5%, que a tornará isenta das custas processuais ou, no mesmo prazo, apresente embargos, sob pena de constituir título executivo judicial, prosseguindo-se nos termos de lei. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1016753-12.2023.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Fernanda de Carvalho Queiroz, na forma da Lei. FAZ SABER a(o) SALABIA PAES ARQUITETURA LTDA, CNPJ 38047875000111, que Rodrigo de Santana Menezes, ajuizou ação pelo Procedimento Comum para indenização de danos materiais e morais, tendo em vista o descumprimento de contrato de execução de obra civis, onde restaram irregularidades na execução e parte do contratado não fora concluído. Requereu a condenação no principal, bem como custas e honorários advocatícios. Fora atribuída à causa o valor de R$ 95.000,00. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei.

SANFARI ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ.nº 00.985.733/0001-22 | NIRE 35.214.774.545

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Srs. Sócios para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 12 de setembro de 2024 em primeira convocação às 14h30 e, em segunda convocação, às 15h, na Av. Plínio Brasil Milano, nº 1.000, 4º andar, Porto Alegre, RS, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de lucros. Os documentos pertinentes encontram-se disponíveis no endereço acima mencionado.

São Paulo, SP, 28 de agosto de 2024. A administração

Sarfaty Securitizadora S/A

CNPJ/MF: 24.765.839/0001-89

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 05/08/2024

Aos 05/08/2024, às 15 hs, na sede com a presença de todos os acionistas. Assumiu a Presidência desta assembleia, Alberto Elie Sarfaty, que convidou a mim Debora Previatti de Pardo Soares para secretariar esta assembleia, o qual aceitei. **Deliberações: 1.** Deliberar e aprovar a proposta da Diretoria da Sociedade que tem por objeto a realização de uma emissão privada de 20.000 debêntures simples no montante total de R$ 20.000.000,00 em série única; **2.** Aprovar a fixação das características das debêntures a serem emitidas; **3.** Autorizar a Diretoria a celebrar a respectiva Escritura de Emissão Privada de Debêntures. **Encerramento:** Nada mais. **JUCESP.** Certifico o registro sob o nº 295.951/24-2 em 19/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

RICARDO NAHAT, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, FAZ SABER a todos que o presente edital virem e interessar possa, que por Maria de Freitas Vieira e Ana Carolina Moreno Vieira foi apresentado, a esta Serventia, **requerimento regularmente prenotado sob nº 919.957 em 28 de maio de 2024, pelo qual, com fulcro na Lei 10.931 de 02/08/2004, pleitearam a retificação administrativa de área do imóvel situado na Rua Nardi de Vasconcelos nº 12, matriculado sob nº 43.467, nesta Serventia Predial.** E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital, pelo qual convoco o senhor proprietário do prédio e respectivo terreno situado na Rua Artur Thire nºs 1119 e Rua Serranos nº 65/63, transcrito em área maior sob nº 10.924, do 1º Ofício Registro de imóveis desta Capital, na pessoa do Sr. Armando Nicoli, constante daquela transcrição, notifico também todos os demais terceiros interessados, para, querendo, apresentar impugnação ao presente pedido retificatório. Pelo presente edital, fica avisado a quem se julgar prejudicado, que deverá dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da última publicação deste, que será levado a efeito por dois dias em jornal de grande circulação, nesta Capital, impugnar, com fundamentos de fato e de direito, contra a aludida retificação, por escrito, perante o Oficial deste Registro Imobiliário, à Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Jardim Paulista, das 9 às 16 horas. São Paulo, 29 de agosto de 2024.

PROVÍNCIA

Companhia Província de Securitização

CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Primeira Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 1ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 7.2.3.2 do termo de securitização da Emissão ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada, em primeira convocação, aos **17 de setembro de 2024, às 14h00min**, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para, deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Autorizar ou não, à Devedora a proceder com a Pagamento Antecipado Facultativo Total da CPR e, por conseguinte dos CRA, nos termos da cláusula 7.1 Termo de Securitização, no dia 20 de setembro de 2024, sem que seja observada a antecedência de 60 dias entre a data de comunicação da pretensão e a data em que pretende realizar o referido Pagamento Antecipado Facultativo Total; (ii) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes ao aperfeiçoamento, efetivação, formalização e implementação dos itens acima, se aprovados. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 23 de agosto de 2024.

Companhia Província de Securitização - Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores

Banco Bradesco BERJ S.A.

CNPJ nº 33.147.315/0001-15 – NIRE 35.300.579.542

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 25.4.2024

Data, Hora, Local: Em 25.4.2024, às 9h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Oswaldo Tadeu Fernandes. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do capital social. ***Presença Legal:*** Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda. ***Publicações Prévias:*** Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2023, foram publicados em 23.2.2024 no jornal "O DIA SP", páginas 7 e 8. ***Disponibilização de Documentos:*** Os documentos citados no item "Publicações Prévias", as propostas da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária:*** Aprovaram, alteração do estatuto social, no "caput" do artigo 7º, aumentando de 11 (onze) para 12 (doze) o número máximo de membros da Diretoria e transformando o cargo de Diretor Gerente em Diretor Executivo, com a consequente alteração das redações do parágrafo segundo do artigo 8º e artigo 10, proposta pela Diretoria na Reunião daquele Órgão de 19.4.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio. Em consequência, as redações dos mencionados dispositivos passarão a ser as seguintes, após a homologação do processo pelo Banco Central do Brasil: "Artigo 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos novos administradores eleitos, composta de 3 (três) a 12 (doze) membros, distribuídos nos seguintes cargos: Diretor Geral, Diretor Executivo e Diretor. Artigo 8º) - **Parágrafo Segundo -** Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor Geral ou Diretor Executivo. Artigo 10) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) Diretor Geral: I. presidir as reuniões da Diretoria, bem como supervisionar e coordenar as ações dos seus membros; II. distribuir, entre os membros, atribuições nas diversas áreas operacionais e administrativas da Sociedade; III. dirimir dúvidas ou controvérsias surgidas na administração executiva da Sociedade; b) Diretor Executivo: desempenhar as funções que lhes forem atribuídas e colaborar com o Diretor Geral no desempenho de suas funções; c) Diretores: coordenar e dirigir as atividades de suas respectivas áreas, reportando-se ao Diretor Geral e ao Diretores Executivo.". ***Assembleia Geral Ordinária:*** I) tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2023; II) aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2023 no valor de R$33.383.318,20 (trinta e três milhões, trezentos e oitenta e três mil, trezentos e dezoito reais e vinte centavos), proposta pela Diretoria, na Reunião daquele Órgão, de 19.4.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, da seguinte forma: R$1.669.165,91 (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, cento e sessenta e cinco reais e noventa e um centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R$23.785.614,22 (vinte e três milhões, setecentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e catorze reais e vinte e dois centavos) para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R$7.928.538,07 (sete milhões, novecentos e vinte e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais e sete centavos) para pagamento de dividendos, o qual deverá ser feito até 31.12.2024; III) elegeram, para compor a Diretoria da Sociedade, os senhores: ***Diretor Executivo: Vinicius Urias Favarão***, brasileiro, casado, bancário, RG 19.674.792-2/SSP-SP, CPF 177.975.708/50; ***Diretores***: ***Antonio Campanha Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.858.522-6/SSP-SP, CPF 167.477.158/45; ***Vinícius Panaro***, brasileiro, casado, bancário, RG 32.506.870-7/SSP-SP, CPF 321.279.048/26; ***Marcos Daniel Boll***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.581.243-0/SSP-PR, CPF 829.357.189/68; ***Affonso Correa Taciro Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 17.265.836-6/SSP-SP, CPF 125.725.268/24; e ***Danilo Luís Damasceno***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.047.481-7/SSP-SP, CPF 200.051.688/21, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Os Diretores eleitos: 1) firmaram declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; 2) terão: a) seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos; b) com mandato coincidente com o dos demais diretores, estendendo-se até a posse dos novos diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026; Em consequência, a Diretoria da Sociedade, com mandato até a posse dos novos diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2026, fica assim composta: ***Diretor Geral: Cassiano Ricardo Scarpelli***, brasileiro, casado, bancário, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; ***Diretores Executivos: João Carlos Gomes da Silva***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.425.779-2/SSP-RJ, CPF 044.972.398/45; ***Vinicius Urias Favarão***, brasileiro, casado, bancário, RG 19.674.792-2/SSP-SP, CPF 177.975.708/50; ***Diretores: José Gomes Fernandes***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.057.233-5/SSP-SP, CPF 135.834.253/91; ***Oswaldo Tadeu Fernandes***, brasileiro, solteiro, em união estável, bancário, RG 18.327.286-9/SSP-SP, CPF 088.897.978/94; ***Nairo José Martinelli Vidal Júnior***, brasileiro, casado, bancário, RG 18.496.678-4/SSP-SP, CPF 116.088.168/50; ***Clayton Neves Xavier***, brasileiro, casado, bancário, RG 22.251.048-1/SSP-SP, CPF 103.750.518/21; ***Antonio Campanha Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 21.858.522-6/SSP-SP, CPF 167.477.158/45; ***Vinícius Panaro***, brasileiro, casado, bancário, RG 32.506.870-7/SSP-SP, CPF 321.279.048/26; ***Marcos Daniel Boll***, brasileiro, casado, bancário, RG 4.581.243-0/SSP-PR, CPF 829.357.189/68; ***Affonso Correa Taciro Junior***, brasileiro, casado, bancário, RG 17.265.836-6/SSP-SP, CPF 125.725.268/24; e ***Danilo Luís Damasceno***, brasileiro, casado, bancário, RG 28.047.481-7/SSP-SP, CPF 200.051.688/21, todos com endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. IV) fixaram o valor mensal de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais) para remuneração dos Diretores eleitos, enquanto permanecerem no exercício de suas funções na Sociedade. ***Aprovação e Assinatura da Ata:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, aprovada por todos os presentes, inclusive pelo representante da empresa KPMG Auditores Independentes Ltda., inscrição CRC 1SP-296875/O-4, senhor Gustavo Mendes Bonini, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Oswaldo Tadeu Fernandes; Administrador: Cassiano Ricardo Scarpelli; Acionista: Banco Bradesco S.A. representado por seus Diretores, senhores Cassiano Ricardo Scarpelli e Antonio Campanha Junior; Auditor: Gustavo Mendes Bonini. ***Declaração:*** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Oswaldo Tadeu Fernandes. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 299.770/24-2, em 7.8.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ALTA MOGIANA AGRO S.A.

C.N.P.J. 31.937.012/0001-70 - NIRE 35300527585

EXTRATO ATA DA 6ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos 25/07/2024, às 08h, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a Presidência da mesa, Sr. Luiz Octavio Junqueira Figueiredo, Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo, para secretariar. Aprovaram: ***1)*** as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/03/2024, publicados no dia 19/07/2024 no jornal "O Dia SP", nas versões impressa e digital; ***2)*** à destinação do lucro líquido no valor de R$ 22.059.723,22, terá a seguinte destinação: R$ 1.102.986,16, destinados à constituição de Reserva Legal; e R$ 15.717.552,80 transferidos para a conta de Lucros Retidos. A proposta de dividendos, valor R$ 5.239.184,26, será igualmente incorporada à conta de Lucros Retidos; ***3)*** o valor de R$ 81.586.678,86, permanecerá na conta de Lucros Retidos. Deu por encerrada a Assembleia. **Jucesp** nº 305.309/24-9 em sessão de 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CENTRAL ENERGÉTICA ALTA MOGIANA S.A.

C.N.P.J. 36.328.479/0001-37 - NIRE 35300549139

EXTRATO ATA DA 5ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos 25/07/2024, às 10h, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a presidência da mesa, Sr. Luiz Octavio Junqueira Figueiredo, Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo, para secretariar. Aprovaram: ***1)*** as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/03/2024, publicados no dia 19/07/2024 no jornal "O Dia SP", nas versões impressa e digital; ***2)*** à destinação do lucro líquido do exercício no valor de R$ 6.233.004,23, terá a seguinte destinação: R$ 1.558.251,06, à proposta de dividendos, os quais já foram pagos; e o restante no valor de R$ 4.674.753,17 serão transferidos à conta de Lucros Retidos; ***3)*** a proposta do saldo da conta de Lucros Retidos no valor de R$ 24.332.112,76, permanecerá na conta de Lucros Retidos. Deu por encerrada a Assembleia. **Jucesp** nº 305.155/24-6 em sessão de 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

USINA ALTA MOGIANA S.A. - AÇÚCAR E ÁLCOOL

C.N.P.J. 53.009.825/0001-33 - NIRE 35300141539

EXTRATO ATA DA 30ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Aos 25/07/2024, às 15h, em sua sede social, reuniram-se a totalidade do Capital Social. Assumindo a Presidência da mesa, Sr. Luiz Octavio Junqueira Figueiredo, Luiz Eduardo Junqueira Figueiredo, para secretariar. Aprovaram: ***1)*** as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/03/2024, publicados no dia 19/07/2024 no jornal "O Dia SP", nas versões impressa e digital; ***2)*** à destinação do lucro líquido do exercício no valor de R$ 649.829.447,39, terá a seguinte destinação: R$ 31.961.416,09 destinados à constituição de Reserva Legal. Quanto à proposta de dividendos, em valor correspondente a R$ 154.467.007,83, serão destinados à proposta de dividendos R$ 89.897.172,10, os quais já foram, e o restante de R$ 64.569.835,73, juntamente com o valor R$ 463.401.023,47 transferidos à conta de Lucros Retidos; ***3)*** a proposta do saldo de Lucros Retidos no valor de R$ 1.332.117.874,84, permanecerá na conta de Lucros Retidos. Deu por encerrada a Assembleia. **Jucesp** nº 304.968/24-9 em sessão de 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

VIGOR ALIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 13.324.184/0001-97 - NIRE: 35.300.391.047

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2024

Data, Hora e Local: Aos 20/06/2024, às 11h, na sede social da **Vigor Alimentos S.A.**, localizada na Cidade de SP, SP, na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º andar, Brás, CEP 03019-900 ("Companhia"). **Mesa:** Cesar Alejandro de los Santos Llamas - Presidente; Adriana Lina Bruno Klein - Secretária. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em decorrência da presença da totalidade dos membros da Diretoria da Companhia. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre o encerramento das atividades das filiais da Companhia nas seguintes localidades: (i) Rod. Br 101 Sul, s/nº, Km 86 76 GP A2, Prazeres, CEP 54.335-000, Município de Jaboatão dos Guararapes, PE, CNPJ 13.324.184/0040-01, NIRE 26902004214. (ii) Rua Ariovaldo Luis Mazon, 701, Sala 01, Chácara Santa Antonieta Nova Veneza, CEP 13.175-590, Município de Sumaré, SP, CNPJ 13.324.184/0028-07, NIRE 35905125630. (iii) Av. Marginal Direita do Tietê, 500, Estacionamento do Bloco 3, Vila Jaguará, CEP 05.118-100, Município de SP, SP, CNPJ 13.324.184/0031-02, NIRE 35905220381. (iv) Rua Amarilis, 130, Galpão 03 e Galpão 01, Porto de Cariacica, CEP 29.156-709, Município de Cariacica, ES, CNPJ 13.324.184/0039-60, NIRE 32.900.778.365. (v) Av. Fernando Osório, 4729, Três Vendas, CEP 96.070-741, Município de Pelotas, RS, CNPJ 13.324.184/0042-65, NIRE 43920013631. (vi) Av. N. Sra. do Amparo, s/nº, Galpão 2B, Jardim Ouro Preto, CEP 28.635-010, Município de Nova Friburgo, RJ, CNPJ 13.324.184/0051-56, NIRE 33901586550. **Deliberações:** Os Diretores aprovaram, por unanimidade, o encerramento das atividades das filiais descritas abaixo: (i) Rod. Br 101 Sul, s/nº, Km 86 76 GP A2, Prazeres, CEP 54.335-000, Município de Jaboatão dos Guararapes, PE, CNPJ 13.324.184/0040-01, NIRE 26902004214. (ii) Rua Ariovaldo Luis Mazon, 701, Sala 01, Chácara Santa Antonieta Nova Veneza, CEP 13.175-590, Município de Sumaré, SP, CNPJ 13.324.184/0028-07, NIRE 35905125630. (iii) Av. Marginal Direita do Tietê, 500, Estacionamento do Bloco 3, Vila Jaguará, CEP 05.118-100, Município de SP, SP, CNPJ 13.324.184/0031-02, NIRE 35905220381. (iv) Rua Amarilis, 130, Galpão 03 e Galpão 01, Porto de Cariacica, CEP 29.156-709, Município de Cariacica, ES, CNPJ 13.324.184/0039-60, NIRE 32.900.778.365. (v) Av. Fernando Osório, 4729, Três Vendas, CEP 96.070-741, Município de Pelotas, RS, CNPJ 13.324.184/0042-65, NIRE 43920013631. (vi) Av. N. Sra. do Amparo, s/nº, Galpão 2B, Jardim Ouro Preto, CEP 28.635-010, Município de Nova Friburgo, RJ, CNPJ 13.324.184/0051-56, NIRE 33901586550. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, a qual foi lida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Cesar Alejandro de los Santos Llamas - Presidente; Adriana Lina Bruno Klein - Secretária. Diretores Presentes: Cesar Alejandro de Los Santos Llamas e Emerson Paiva Inácio. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 20/06/2024. **Adriana Lina Bruno Klein** - Secretária. **JUCESP** - 258.352/24-3 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ACCENTURE ONE FINANCIAL PLATFORM S.A.

CNPJ/ME nº 09.392.068/0001-38 - NIRE 35.300.413.865

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA QUE DELIBERA A TRANSFORMAÇÃO DA ACCENTURE ONE FINANCIAL PLATFORM S.A. EM SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA EM 12/08/2024

Data, Hora e Local: Aos 12/08/2024, às 16h, na sede social da Accenture One Financial Platform S.A., na Cidade de SP, SP, na Rua Alexandre Dumas, 2051, 2º andar, Ala A, Chácara Santo Antônio, CEP 04717-004. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação previstas no Estatuto Social, conforme dispõe o Artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada **("Lei das S.A.")**, em vista de estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social da **Accenture One Financial Platform S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de SP, SP, na Rua Alexandre Dumas, 2051, 2º andar, Ala A, Chácara Santo Antônio, CEP 04717-004, CNPJ 09.392.068/0001-38, com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP NIRE 35.300.413.865 **("Sociedade")**, conforme assinaturas constantes da presente ata e do livro de registro de presença dos acionistas da Sociedade. **Mesa:** Os trabalhos foram presididos e secretariados pelo Sr. Marcelo Volta de Almeida Prado. **Ordem do Dia:** Discutir e votar sobre a transformação da Sociedade de uma sociedade anônima de capital fechado para uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, conforme os Artigos 220 e seguintes da Lei das S.A., em conjunto com os Artigos 1.113 e seguintes da Lei 10.406/2002, conforme alterada, **("Código Civil")**, e, caso aprovada a transformação: *(i)* o cancelamento das atuais ações da Sociedade e a emissão de novas quotas representativas de seu capital social; *(ii)* o ajuste da denominação social da Sociedade, para contemplar o novo tipo societário; *(iii)* o encerramento dos livros societários da Sociedade; *(iv)* a aprovação da redação do Contrato Social da Sociedade que deverá reger a Sociedade após a sua transformação; *(v)* a eleição da nova administração da Sociedade, que passará a obedecer os termos do novo Contrato Social da Sociedade, caso aprovado; e *(vi)* a autorização para os Diretores adotarem todas as medidas necessárias para a implementação da transformação da Sociedade em uma sociedade empresária de responsabilidade limitada. **Deliberações:** As acionistas aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições, a transformação do tipo societário da Sociedade, conforme os Artigos 220 e seguintes da Lei das S.A., em conjunto com os Artigos 1.113 e seguintes do Código Civil, de uma sociedade anônima de capital fechado para uma sociedade limitada, que será regida pelas disposições do Código Civil, com aplicação subsidiária da Lei das S.A., não importando essa transformação em qualquer solução de continuidade, permanecendo em vigor, portanto, todos os direitos e obrigações da Sociedade. (i) Observada a transformação do tipo societário da Sociedade, conforme aprovado acima, aprovar o cancelamento das 1.201.682 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de emissão da Sociedade e, em substituição às ações canceladas da Sociedade, aprovar a emissão de 43.985.732 quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma. A totalidade das 43.985.732 quotas ora emitidas são subscritas pelas sócias da Sociedade na proporção de sua participação no capital social da Sociedade, da seguinte forma: **(a)** 43.985.696 quotas para a **Accenture do Brasil Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de SP, SP, na Rua Alexandre Dumas, 2051, Térreo, bairro Chácara Santo Antônio, CEP 04717-004, CNPJ 96.534.094/0001-58 e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP NIRE 35213404698; **(b)** 36 quotas para a **Accenture Holding Brasil Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de SP, SP, na Rua Alexandre Dumas, 2.051, parte, 1º andar, Chácara Santo Antônio, CEP 04.717-004, CNPJ 05.596.277/0001-42, e com seus atos constitutivos arquivados na JUCESP NIRE 35232106273. (ii) Em razão da transformação e a consequente alteração do tipo societário da Sociedade, a denominação social será alterada, de forma que passará a contemplar a abreviação designativa do novo tipo societário da Sociedade, qual seja, "Ltda.", e, portanto, passará a ser "Accenture One Financial Platform Ltda.". (iii) Em razão da transformação, fica a diretoria da Sociedade autorizada a proceder com o cancelamento dos livros societários da Sociedade, logo após as devidas averbações relativas a esta Ata, conforme aplicável. (iv) Em razão da aprovação da transformação da Sociedade em sociedade empresária de responsabilidade limitada, as Acionistas aprovam a redação do Contrato Social que regerá a Sociedade após a sua transformação e o qual, já refletindo todas as matérias aprovadas nesta deliberação social, passará a vigorar conforme **Anexo I** deste instrumento. (v) Eleger os Srs. **Mauricio Alves Barbosa**, RG 36.998.916-8, CPF 747.672.670-72; e **João Carlos de Oliveira Pinto dos Santos**, RNE W324702-T, CPF 809.219.147-68, para os cargos de Diretores da Sociedade, para um mandato por prazo indeterminado a contar da presente data. Os Diretores aceitam sua eleição e formalizam sua posse na administração da Sociedade mediante a assinatura deste instrumento, e declaram, sob a pena da lei, que não estão impedidos por lei especial, nem condenados ou sob efeito de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. (vi) Por fim, os sócios autorizam a Diretoria da Sociedade a tomar todas as medidas necessárias para a devida implementação da transformação da Sociedade em sociedade empresária de responsabilidade limitada. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada eletronicamente, nos termos da lei. SP, 12/08/2024. **Mesa: Marcelo Volta de Almeida Prado** - Presidente e Secretário. **Acionistas Presentes: Accenture do Brasil Ltda.** p.p. Marcelo Volta de Almeida Prado; **Accenture Holding Brasil Ltda.** p.p. Marcelo Volta de Almeida Prado. **Diretores Eleitos:** Mauricio Alves Barbosa - **Diretor;** João Carlos de Oliveira Pinto dos Santos - **Diretor. JUCESP** - 309.211/24-4 - NIRE 3523435319-7 em 23/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Junho 2024

SINGULARE CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - CNPJ(ME) 62.285.390/0001-40

Demonstrações Financeiras - Nos semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023 e exercício findos em 31 de dezembro de 2023 *(Valores em milhares de reais)*

AVISO: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal/ https://www.singulare.com.br/demonstracoes-financeiras/

Relatório da Administração

Visão Geral

A Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Singulare" ou "Companhia") teve o primeiro semestre de 2024 bastante positivo, demonstrando que a sua estratégia de investir em conhecimento técnico e tecnologia, aliado à performance da indústria de fundos de investimentos, que retomou a captação líquida positiva neste período, atingindo um montante de R$ 159 Bi, segundo a ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais), fez com que ela mantivesse a sua posição de destaque no mercado nacional de administração fiduciária e custódia de fundos estruturados. No decorrer do primeiro semestre de 2024, a Singulare se manteve fiel ao seu plano de reestruturação interna (pessoas, processos e tecnologia), cujo propósito é deixar a sua plataforma perfeitamente adequada ao seu modelo de negócio, tendo como foco a agilidade e consistência na entrega aos seus clientes, além de melhorar a nossa contribuição no desenvolvimento da indústria de fundos de investimentos, visto a representatividade da Companhia neste segmento.

Adicionalmente, a Companhia manteve-se entre os principais *players* de administração fiduciária, atingindo, em 30 de junho de 2024, um volume sob administração de R$ 117,1 Bi, ou seja, um crescimento anual superior à 33% se comparado ao fechamento do primeiro semestre de 2023. Especificamente em relação a Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC"), a Singulare segue absoluta a mais de 11 anos na liderança nacional de quantidade de FIDCs sob administração e custódia, segundo os dados da Uqbar. Em 30 de junho de 2024, temos mais de 668 FIDCs sob administração e custódia, ou seja, um crescimento anual de 20% se comparado ao encerramento do primeiro semestre de 2023.

Por fim, informamos que, em novembro de 2023, a Singulare e a sua holding foram integralmente vendidas para o Grupo QI Tech, conforme noticiado nas principais mídias nacionais. Ressaltamos que a concretização desta venda está condicionada ao cumprimento de algumas condições precedentes, dentre elas, a aprovação por parte do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade"), que ocorreu no decorrer do primeiro semestre de 2024, e do Banco Central do Brasil ("Bacen"), que ainda está por ocorrer. Até lá, ambas as empresas funcionarão de maneira independente.

Desempenho Financeiro

No decorrer do primeiro semestre de 2024, houve a retomada da indústria de fundos de investimentos, especialmente nas categorias de FIDC e Renda Fixa. De forma consolidada, o primeiro semestre de 2024 fechou com uma captação líquida positiva de R$ 159 Bi, montante este que foi o segundo melhor da indústria nos últimos 5 (cinco) anos. Considerando a melhora da indústria neste período, atrelado ao plano de reestruturação interna em desenvolvimento, a Companhia viu a evolução positiva de seus indicadores financeiros, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Em R$ mil	1º Sem/23	1º Sem/24	Δ%
Receita Bruta	**139.005**	**160.805**	**15,7%**
Impostos e Contribuições s/ Receita	- 10.808	- 12.509	15,7%
Receita Líquida	**128.197**	**148.296**	**15,7%**
Despesas Operacionais	- 78.153	- 87.109	11,5%
EBITDA	**50.044**	**61.187**	**22,3%**
Margem EBITDA	*39,0%*	*41,3%*	
Depreciações e Amortizações	- 1.386	- 1.520	9,7%
EBIT	**48.659**	**59.667**	**22,6%**
Outras Receitas e Despesas não Operacionais	**- 312**	**- 734**	**135,1%**
Lucro Operacional	**48.347**	**58.933**	**21,9%**
IRPJ/CSLL	- 20.508	- 24.552	19,7%
Lucro Líquido	**27.839**	**34.381**	**23,5%**

A Receita Líquida totalizou R$ 148 milhões no primeiro semestre de 2024, representando um incremento de 15,7% em relação ao primeiro semestre de 2023, tendo os serviços de administração fiduciária e custódia se destacado majoritariamente. As Despesas, já considerando investimentos em pessoas e tecnologia, alcançaram no primeiro semestre de 2024 o montante de R$ 87,1 milhões, ou seja, 11,5% superior ao primeiro semestre de 2023. Com isso, o EBITDA atingiu o valor de R$ 61,1 milhões no primeiro semestre de 2024, evolução de 22,3% sobre o primeiro semestre de 2023, enquanto o Lucro Líquido atingiu o montante de R$ 34,3 milhões, 23,5% superior ao primeiro semestre de 2023.

Pessoas

A Singulare acredita que seus colaboradores são a base para o crescimento sustentável (quantitativo e qualitativo) de uma empresa. Diante disso, entendemos que proporcionar um ambiente saudável, cuidando do seu bem-estar de todos, é fundamental. A Companhia preza em sua política de recursos humanos princípios como respeito, igualdade, dignidade e honestidade. Somos comprometidos com a diversidade e a inclusão isentas de preconceitos e com a responsabilidade social e ambiental nos locais em que atuamos. Diante disso, ao longo do primeiro semestre de 2024, as campanhas e ações foram permeadas por esses valores, cujas principais podem ser citadas abaixo:

- Campanha Janeiro Branco - Conscientização sobre a saúde mental e emocional;
- Eventos esportivos;
- Ação de Dia da Mulher;
- Ação de Páscoa;
- Campanhas sociais;
- Happy hours bimestrais em comemoração aos aniversários;
- Eventos com os líderes da Singulare; e
- Incentivo ao Desenvolvimento Técnico através da realização de Treinamentos/Cursos.

A Singulare terminou o primeiro semestre de 2024 com 304 (trezentos e quatro) colaboradores, a mesma quantidade que finalizou no ano de 2023. Porém, em virtude de redesenhos de processos, aliado a alguns avanços tecnológicos, a Companhia aumentou a sua capacidade operacional além de estar se tornando mais eficiente.

Social

No campo social, a Singulare tem trabalhado para cada vez mais investir em projetos sociais, de educação, saúde e esporte. O valor direcionado a esses projetos/campanhas foi superior R$ 613 mil no primeiro semestre de 2024. Destacamos abaixo alguns destes projetos:

- Projeto *Dream Art* de Jiu-Jitsu;
- Instituto Justiça; e
- Campanha Solidária às Vítimas da Tragédia da região Sul do Brasil.

Panorama da indústria após a Resolução 175

No que tange a indústria de fundos, desde a entrada em vigor da Resolução 175, em outubro de 2023, até maio de 2024, 3.330 fundos se adaptaram à nova regulação, e outros 2.865 foram criados já seguindo a regra, totalizando R$ 706,9 bilhões de patrimônio líquido. Isso significa que 19,8% do total de fundos da indústria já adota os requisitos da Resolução 175. Os multimercados em geral lideram os fundos adaptados, somando 2.188 no total. Na sequência, aparecem os FIDCs (1.672) e os de previdência (755). Os fundos destinados aos investidores profissionais (aqueles que têm mais de R$ 10 milhões aplicados) são destaque entre os adaptados, totalizando 3.524, à frente dos 2.222 fundos destinados aos investidores em geral. No que tange a Companhia, já houve a adaptação de quase 45% do total dos fundos administrados, onde deste montante já houve a adaptação de quase 70% dos FIDCs, ou seja, mais de 450 fundos.

Governança Corporativa

A Singulare conta com uma estrutura de governança baseada em comitês decisórios colegiados, na especialização funcional das áreas e na segregação de funções. Acreditamos que este modelo agrega valor a uma empresa e contribui para a sua perpetuidade. Em sua estrutura de gerenciamento de riscos, ela garante o aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controle de riscos, através do estabelecimento e monitoramento de limites e da revisão periódica das estratégias de negócios e das políticas, processos e sistemas de controle, dentro de uma abordagem conservadora, com o objetivo de refletir mudanças nos mercados, produtos e a incorporação das melhores práticas de mercado. No que tange a estrutura de *Compliance*, responsável por atuar como regulador interno junto aos demais componentes da estrutura, ela objetiva assegurar o cumprimento das diretrizes internas e externas estabelecidas, sendo uma unidade organizacional independente.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros comerciais pela confiança em nós depositada, e a cada um dos colaboradores que fazem com que a Singulare seja a mais de 50 anos uma das Corretoras de Valores mais respeitadas no Brasil.

Balanço Patrimonial

ATIVO	**NE**	**30/06/24**	**31/12/23**
Circulante		**1.013.765**	**1.078.016**
Disponibilidades	**4**	**2.115**	**25.298**
Instrumentos financeiros		**1.005.584**	**1.045.676**
Aplicação interfinanceira de Liquidez	4 e 5	979.252	1.004.997
Títulos e valores mobiliários	6	191	18.322
Rendas a receber	8	26.141	22.357
Outros ativos		**9.402**	**8.836**
Outros créditos - Diversos	9.1	5.611	4.717
Despesas antecipadas	9.2	3.791	4.119
Provisão perdas esperadas associadas a:	**10**	**(3.336)**	**(1.794)**
Risco de rendas a receber e outros créditos		(3.336)	(1.794)
Não circulante		**63.501**	**53.636**
Instrumentos financeiros		**13.299**	**7.357**
Títulos e valores mobiliários	6	13.299	7.357
Créditos tributários	**26.a**	**5.000**	**3.865**
Outros ativos		**32.446**	**32.104**
Outros créditos - Diversos	9.1 e 15.b	31.929	30.885
Despesas antecipadas	9.2	517	1.219
Investimentos		**35**	**35**
Outros investimentos		794	794
(Provisão para perdas)		(759)	(759)
Imobilizado de uso	**11.1**	**6.160**	**7.246**
Outras imobilizações de uso		16.182	16.182
(Depreciações acumuladas)		(10.022)	(8.936)
Intangível	**11.2**	**6.561**	**3.029**
Ativos Intangíveis		13.734	9.768
(Amortização acumulada)		(7.173)	(6.739)
Total do ativo		**1.077.266**	**1.131.652**

PASSIVO	**NE**	**30/06/24**	**31/12/23**
Circulante		**992.816**	**1.046.559**
Instrumentos financeiros		**947.533**	**986.010**
Depósitos	12	209.839	255.319
Captações no mercado aberto	13	736.675	730.087
Negociação e intermediação de valores		1.019	604
Obrigações fiscais diferidas	**26.a**	**4.103**	**3.682**
Outros passivos		**41.180**	**56.867**
Sociais e estatutárias	14.a	4.611	10.503
Fiscais e previdenciárias	14.b	21.558	28.333
Diversas	14.c	15.011	18.031
Não circulante		**13.433**	**13.286**
Provisões		**13.433**	**13.286**
Passivos contingentes	15.b	13.433	13.286
Patrimônio líquido		**71.017**	**71.807**
Capital:	16.a	52.217	52.217
De Domiciliados no país		52.217	52.217
Reservas de lucros	16.b e 16.c	7.737	20.354
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.455)	(764)
Lucros ou prejuízos acumulados		12.518	-
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.077.266**	**1.131.652**

Demonstração do Resultado

	NE	**30/06/24**	**30/06/23**
Receitas de intermediação financeira		**53.662**	**61.139**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	53.662	61.139
Despesas da intermediação financeira		**(36.199)**	**(43.702)**
Operações de captação no mercado	17	(36.199)	(43.702)
Resultado bruto da intermediação financeira		**17.463**	**17.437**
Outras receitas/despesas operacionais		**46.081**	**34.865**
Receitas de prestação de serviços	18	143.342	121.568
Despesas de pessoal	19	(36.607)	(34.667)
Outras despesas administrativas	20	(44.968)	(38.097)
Despesas tributárias	21	(14.675)	(13.430)
Despesas com provisões	10	(1.540)	(532)
Provisão (Reversão) de provisões operacionais	22	(147)	(426)
Outras receitas operacionais	23	2.748	2.500
Outras despesas operacionais	24	(2.072)	(2.051)
Resultado operacional		**63.544**	**52.302**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**63.544**	**52.302**
Imposto de renda e contribuição social	**25**	**(24.552)**	**(20.508)**
Provisão para imposto de renda		(15.465)	(12.767)
Provisão para contribuição Social		(9.341)	(7.682)
IRPJ - Ativo fiscal diferido		159	(37)
CSLL - Ativo fiscal diferido		95	(22)
Participações estatutárias no lucro	**14.a**	**(4.611)**	**(3.955)**
Lucro líquido do semestre		**34.381**	**27.839**
Nº de ações		**2.685**	**2.685**
Lucro por ação - R$		**12,80**	**10,37**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Método Indireto)

	NE	**30/06/24**	**30/06/23**
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre		34.381	27.839
Depreciações/amortizações/perdas valor recuperável	20	1.520	1.386
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		1.540	532
Provisão de perda associada ao risco crédito	10	1.542	523
Provisão (reversão) de provisões para passivos contingentes	15	-	426
Provisão (reversão) de PLR		-	3.955
Provisão de impostos no resultado	25	24.806	20.449
Provisão (reversão) de impostos diferidos	25	(254)	59
		63.682	**55.169**
Variação de Ativos e Obrigações		**(74.164)**	**84.485**
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos		7.714	159.200
(Aumento) redução em ativos fiscais diferidos		(1.135)	389
(Aumento) redução de outros ativos		(2.448)	(3.060)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros passivos		-	(47.023)
Aumento (redução) em obrigações fiscais diferidas		254	(59)
Aumento (redução) em outros passivos		(9.617)	(8.217)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(30.876)	(16.745)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**(10.482)**	**139.654**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Inversões em:			
Imobilizado de uso		-	(38)
Inversões líquidas no intangível		(3.966)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(3.966)**	**(38)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos/Lucros pagos	16.d	(34.480)	(24.134)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(34.480)**	**(24.134)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(48.928)**	**115.482**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre		1.030.295	740.692
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre		981.367	856.174

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	NE	**Capital realizado**	**Reserva legal**	**Reservas especiais de lucros**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Lucros ou prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**52.217**	**4.018**	**12.437**	**(1.369)**	**-**	**67.303**
Dividendos intermediários	16.d	-	-	(4.762)	-	-	(4.762)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	27.839	27.839
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos		-	-	-	495	-	495
Destinações:	16.d	-	-	-	-	(27.839)	(19.372)
Reserva legal		-	1.392	-	-	(1.392)	-
Reserva especial de lucros		-	-	7.075	-	(7.075)	-
Dividendos obrigatórios pagos	16.d	-	-	-	-	(6.960)	(6.960)
Dividendos antecipados pagos	16.d	-	-	-	-	(12.412)	(12.412)
Saldos em 30 de junho de 2023		**52.217**	**5.410**	**14.750**	**(874)**	**-**	**71.503**
Mutações do semestre:		**-**	**1.392**	**2.313**	**495**	**-**	**4.200**

	NE	**Capital realizado**	**Reserva legal**	**Reservas especiais de lucros**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Lucros ou prejuízos acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**52.217**	**7.005**	**13.349**	**(764)**	**-**	**71.807**
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	34.381	34.381
Ajustes ao valor de mercado - TVM e Derivativos		-	-	-	(691)	-	(691)
Dividendos intermediários	16.d	-	-	(12.617)	-	-	(12.617)
Destinações:		-	-	-	-	(21.863)	(21.863)
Dividendos obrigatórios pagos	16.d	-	-	-	-	-	-
Dividendos antecipados pagos	16.d	-	-	-	-	(21.863)	(21.863)
Saldos em 30 de junho de 2024		**52.217**	**7.005**	**732**	**(1.455)**	**12.518**	**71.017**
Mutações do semestre:		**-**	**-**	**(12.617)**	**(691)**	**12.518**	**(790)**

Demonstração do Resultado Abrangente

	30/06/24	**30/06/23**
Resultado líquido do semestre	**34.381**	**27.839**
Resultado abrangente	**(690)**	**495**
Ajustes que serão transferidos para resultados:	(690)	495
Ajuste TVM	(1.151)	825
IR de ajuste TVM	288	(206)
CS de ajuste TVM	173	(124)
IR/CS de ajuste TVM	-	-
Ajustes que não serão tranferidos para resultados	-	-
Resultado abrangente total	**33.691**	**28.334**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional

A Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Singulare") é organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a distribuição de títulos e valores mobiliários e a administração e custódia de clubes e fundos de investimentos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, conforme alteradas, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e normatizações do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). **b)** As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente. **c)** As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Corretora. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. **d)** A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada e autorizada pela Diretoria em 28 de agosto de 2024. **Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros: Instrumentos Financeiros:** Em novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966, que trata sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) buscando a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS 9. A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025. Visando atender o artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, a Corretora elaborou um plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução, cujas etapas estão evidenciadas a seguir: • Diagnóstico e Planejamento: A fase de diagnóstico e planejamento é de extrema importância, pois impacta na adequação de diversas áreas da organização e requer a participação de equipes multidisciplinares, adequação de sistemas tecnológicos, reestruturação de modelo de negócio, análise de impactos tributários, bem como avaliação das assimetrias contábeis; e • Implementação e Testes: Nesta fase, a Administração avaliará os impactos do reprocessamento das carteiras na data-base de 31 de dezembro de 2024. O plano de implementação foi detalhado e aprovado pela Diretoria em 30 de junho de 2022, e de acordo com Resolução CMN nº 4.966/21, permanece à disposição do BACEN. Cabe ressaltar que a implementação do plano aprovado está condicionada às novas regulamentações a serem emitidas pelo BACEN e pela Receita Federal do Brasil, e quaisquer alterações serão submetidas novamente às devidas aprovações. Esta norma não produzirá alterações nestas demonstrações contábeis, pois trata-se de normativos prospectivos.

3. Sumário das principais políticas contábeis

a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência). As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e demais atualizações, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações interfinanceiras de liquidez e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias. **c) Instrumentos Financeiros: i. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. **ii. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em 3 (três) categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação: são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos, e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado desta valorização ou desvalorização computado ao resultado; • Títulos disponíveis para a venda: representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes, são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização; • Títulos mantidos até o vencimento: referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado. A classificação dos títulos e valores mobiliários da Singulare estão apresentados na nota explicativa nº 6. **iii. Negociação e intermediação de valores:** Representa a intermediação de operações realizadas nas bolsas de valores, registradas pelo valor do compromisso assumido em nome de seus clientes. A corretagem é reconhecida ao resultado pelo regime de competência. Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. A operação de Negociação e intermediação de valores foi descontinuada a partir do exercício de 2022 ainda restando a finalização de operações no exercício de 2023. **iv. Depósitos e captações no mercado aberto:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia. As captações no mercado aberto são classificadas no passivo circulante em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. **d) Imobilizado de uso e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Corretora ou adquirido com essa finalidade. O ativo imobilizado (bens corpóreos) está registrado pelo valor de custo. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **e) Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido:** As provisões para o Imposto de Renda ("IRPJ") e Contribuição Social ("CSLL"), quando devidas, são calculadas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240 no exercício (R$ 120 no semestre). Em virtude da Emenda Constitucional 103/19, a partir de 31 de março de 2020 a alíquota da CSLL foi majorada de 15% para 20%. Adicionalmente, em decorrência da Lei nº 14.183/2021, conversão em Lei da Medida Provisória nº 1.034/2021, a partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota voltou a ser de 15%. Por meio da Medida Provisória nº 1.115, de 28 de abril de 2022, a alíquota foi majorada novamente para 16% pelo período de 01 de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. A partir de 1º de janeiro de 2023, a alíquota retornou para 15%. Os créditos tributários de IRPJ e CSLL são calculados sobre adições e exclusões temporárias nas mesmas bases de sua provisão. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. **f) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Demonstrados pelos valores de custo de aquisição incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes rendas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. **g) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, conforme alterada, e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: • Contingências ativas: não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação; • Obrigações legais: fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente **h) Redução do valor recuperável de ativos:** O CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos estabelece a necessidade das entidades de efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível. A Administração procede com as avaliações de maneira periódica do imobilizado e intangível e realiza as provisões com base em suas conclusões. **i) Resultado recorrente e não recorrente:** As políticas internas da Corretora consideram como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social previsto em seu estatuto social, ou seja, a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados a corretora de valores, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira. Os resultados não recorrentes são aqueles definidos na Resolução BCB nº 2/2020, ou seja, os que não tem relação com a atividade da Corretora, ou ainda não estejam previstos sua incorrência frequente, os quais estão apresentados na nota explicativa nº 33. **j) Lucro ou prejuízo por ação:** O lucro líquido por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço, conforme nota explicativa nº 16.a.

DANIEL DOLL LEMOS
Diretor Responsável

REINALDO DANTAS
Contador CT-CRC 1SP 110330/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Srs. Administradores da
Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo - SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Eduardo Wellichen
Contador
CRC-1SP184050/O

Jornal O DIA SP
Eufrázio

Brasil tem mais de 632 mil crianças em fila de espera por creche

Em todo o Brasil, 632.763 crianças aguardam por uma vaga em creches públicas. Em quase metade dos municípios brasileiros (44%), há crianças em fila de espera para fazer a matrícula na educação infantil. Os dados são do levantamento nacional Retrato da Educação Infantil no Brasil - Acesso e Disponibilidade de Vagas, feito pelo Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política da Educação no Brasil (Gaepe-Brasil), composto pela sociedade civil e entidades do poder público, entre elas o Ministério da Educação (MEC).

O estudo reúne informações sobre o acesso da população à educação infantil, que vão auxiliar na criação de um plano de ação voltado à expansão da oferta de vagas nessa etapa de ensino no país.

As conclusões do estudo, realizado entre 18 de junho e 5 de agosto, foram divulgadas na terça-feira (27).

Educação infantil

A educação infantil, com o devido acesso a creches e pré-escolas de qualidade, é um direito de todas as crianças, e a oferta de vagas é obrigação do poder público, ambos previstos na Constituição Federal de 1988 e ratificado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em 2022.

As creches são destinadas às crianças até os 3 anos de idade, ou que tenham 4 anos, se completados após 31 de março de cada ano, data que estabelece o corte etário para ingresso na pré-escola.

Na pré-escola, a frequência é obrigatória para crianças de 4 e 5 anos de idade ou que tenham 6 anos, completados após 31 de março, quando a criança deve ingressar no ensino fundamental.

Creche

Todos os 5.569 municípios e o Distrito Federal responderam ao levantamento nacional Retrato da Educação Infantil no Brasil - Acesso e Disponibilidade de Vagas, feito em 48 dias.

Dos municípios, 2.445 (44%) têm fila de espera nessa etapa; 7% não fizeram essa identificação de falta de vagas; e 184 (3%) não têm creche, segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2023.

Ao considerar exclusivamente o total de cidades com filas de espera em creches, 88%, 2.160 cidades, relatam que o principal motivo é a falta de vagas.

Na pesquisa, como os municípios puderam marcar mais de um motivo pelos quais os responsáveis não matricularam suas crianças em creches, aparecem outras explicações, como opção dos pais, por entender que as crianças são pequenas demais para ir à creche ou que a primeira infância deve ser vivida em família; desconhecimento sobre o processo de matrícula e de prazos; distância entre a residência e a instituição de ensino; falta de transporte adequado, especialmente, em áreas rurais; incompreensão sobre a importância da educação infantil; mudanças frequentes de endereço da criança.

No registro total das mais de 632,7 mil crianças na fila por vaga em creche por faixa etária, 123 mil (19%) têm até 11 meses de idade; 178,4 mil (28%), 1 ano; 165,4 mil (26%) têm 2 anos; 131,4 mil (21%) têm 3 anos; e 34,3 mil (5%), 4 anos.

Entre as regiões, o Sudeste tem 212,5 mil crianças fora de creches. A região é seguida pelas crianças do Nordeste (124,3 mil); Sul, com 123,3 mil crianças desassistidas; Norte, 94,3 mil; finalizando com o Centro-Oeste, 78,1 mil crianças sem vagas em creches.

Pré-escola

Sobre a pré-escola, em números absolutos há 78.237 re-

Foto/Antonio Cruz/Arquivo/ABr

gistros de crianças que não frequentam essa etapa de ensino, sendo que 50% (39.042) estão nessa situação porque a rede não têm vagas.

Em relação aos municípios, na faixa etária relativa à pré-escola o percentual de crianças que deveriam estar matriculadas é 8%. As principais razões são a não realização da matrícula pelos responsáveis, em sete de cada dez desses municípios; e a falta de vagas, em quatro de cada dez.

Idade mínima

No Brasil, apenas 11% dos municípios iniciam o atendimento das crianças em creches sem prever idade mínima para ingresso. Nos demais, há idades estipuladas: 52% começam a atender bebês entre 1 mês e 11 meses; 22%, crianças entre 1 ano e 1 ano e 11 meses; 11% entre 2 anos e 3 anos incompletos; e 3% atendem apenas a partir dos 3 anos de idade.

Prioridades

No país, 44% dos municípios têm critérios de priorização do atendimento em creches, enquanto 56% ignoram essas condições.

O principal parâmetro levado em conta pelas redes de educação pública (64%) é a situação de risco e vulnerabilidade, que se refere, especialmente, a crianças encaminhadas por órgãos como o conselho tutelar, assistência social e Ministério Público.

Outros fatores mais apontados para a definição de ordem na fila por vaga em uma creche são crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e necessidades educacionais especiais, como altas habilidades ou superdotação (48%); responsáveis que trabalham fora (48%) no período de aula; famílias de renda familiar (38%), particularmente aquelas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou beneficiárias do Bolsa Família; mães solo e/ou mães adolescentes (23%), especialmente, aquelas que estudam ou trabalham; proximidade da residência (17%); encaminhamentos especiais (9%) determinados judicialmente ou por órgãos de proteção; ordem de inscrição na lista de espera (6%); demais ocorrências (7%), como a presença de irmãos matriculados na mesma instituição, mães que trabalham em áreas rurais e crianças em situação de acolhimento institucional.

Transparência

Os municípios são obrigados a divulgar a lista por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede de ensino, conforme determina a Lei 14.685/2023. No entanto, apenas 25% dos municípios tornam público o número de vagas existentes em creches, aponta o estudo.

Outros dados divulgados no levantamento são as ações municipais para garantir a matrícula e frequência de crianças em idade pré-escolar que estão fora das salas de aula: 68% das prefeituras fazem a busca ativa de crianças, mas as famílias não procuraram atendimento, incluindo visitas domiciliares, campanhas de conscientização e parcerias com conselhos tutelares, assistentes sociais.

As ações ainda incluem a divulgação de campanhas de conscientização e sobre o período de matrículas em redes sociais e outros meios de comunicação; o uso de sistemas informatizados e cruzamento de dados para identificação de crianças fora da escola; e por fim, planos de ampliação de salas de aula e a criação de vagas adicionais para atendimento do público-alvo.

Ações federais

Em resposta aos desafios difundidos no levantamento, o Ministério da Educação (MEC) disse que, desde o início da atual gestão, tem investido na educação básica em todo o Brasil, com ênfase na ampliação das vagas e na qualidade da oferta. Até 2026, o MEC planeja construir 2,5 mil novas creches e pré-escolas por meio do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Além do Novo PAC, o Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação Básica pretende concluir todas as obras paralisadas e inacabadas da educação básica.

A secretária de Educação Básica do MEC, Kátia Schweickardt, informou que foram investidos mais de R$ 1 bilhão na educação infantil. "Desde 2023, foram R$ 592 milhões investidos pelo Programa Escola em Tempo Integral, nessa etapa educacional; outros R$ 492 milhões investidos pelo Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil e, ainda, R$ 93 milhões aplicados no Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil. Além disso, já entregamos 378 novas creches".

O secretário de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino, do Ministério da Educação, Maurício Holanda, defende a atuação conjunta da União, estados e municípios para traçar um plano de ação.

"Temos realizado, no MEC, uma grande tarefa de construir relacionamentos interfederativos cada vez mais sólidos. Precisamos pensar o que podemos fazer com e pelos municípios no enfrentamento desse cenário", disse.

Articulação

A presidente executiva do Instituto Articule, Alessandra Gotti, comentou os principais desafios a serem enfrentados imediatamente para reversão dos números negativos. "Um plano de apoio aos municípios precisa olhar para a universalização, urgente, da pré-escola. Além disso, é preciso construir um plano de expansão de vagas de creche, de forma a atender toda a demanda existente. Havendo lista de espera, priorizar de imediato as crianças que mais precisam de maneira a reduzir as desigualdades sociais".

O conselheiro da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Cezar Miola, enfatizou a necessidade de conhecer os dados para que diferentes instituições auxiliem os municípios. "Não se controla o que não se conhece. Precisamos acessar esses dados, para que possamos atuar em cada rede." (Agência Brasil)

Relatório pede abertura de processo contra deputado Glauber Braga

O deputado Paulo Magalhães (PSD/BA), relator do processo que investiga o deputado Glauber Braga (PSOL/RJ) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, votou pela continuidade das investigações. O relatório preliminar foi lido na quarta-feira (28). Um pedido de vista, porém, adiou a votação do texto.

Braga esperava um relatório favorável ao arquivamento do seu processo. Após conhecida a decisão do relator, o deputado do PSOL acusou o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP/AL), de articular a cassação do mandato dele no Conselho de Ética.

O parlamentar sofre um processo por quebra de decoro por ter empurrado e expulsado da Câmara um militante do Movimento Brasil Livre (MBL). Na ocasião, o deputado havia sido insultado pelo integrante do MBL.

Após a leitura do parecer que pede a abertura da investigação no Conselho de Ética, Glauber Braga chamou Lira de "bandido", o deputado Paulo Magalhães (PSD/BA) de "mentiroso" e disse que vai usar a defesa dele para denunciar o suposto conluio para tirar o seu mandato.

"O senhor montou esse relatório a partir de uma articulação direta do presidente da Câmara, do senhor Arthur Lira. E fizeram uma armação política para que o relatório com abertura do procedimento, para levar um processo de cassação ou suspensão, seja lá aquilo que vocês estão bolando fazer, fosse realizado no mesmo dia da votação que não pode dar salvamento à família Brazão", acusou.

O parecer sobre o caso do deputado Braga estava previsto para ser analisado na última terça-feira (27), mas foi adiado para a quarta-feira. O Conselho de Ética aprovou o pedido de cassação do deputado Chiquinho Brazão (Sem partido/RJ), que é acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco. O parecer pela cassação ainda precisa passar pelo plenário da Casa.

Em conversa com a **Agência Brasil**, Braga afirmou que o relator do caso, Paulo Magalhães, tinha dito a ele que não daria prosseguimento no relatório. "A mudança de opinião do relator e a marcação dessa sessão para o mesmo dia do caso Marielle casam com outras informações que tenho", apontou.

Em nota, o presidente da Câmara afirmou que xingamentos, ofensas pessoais e agressões são comportamentos incompatíveis com a compostura e com o decoro que se esperam de um integrante da Câmara dos Deputados. "Merecem pronta repulsa episódios como o ocorrido hoje, por parte de parlamentar que já responde a outro processo perante o Conselho de Ética, por ter agredido uma pessoa presente no interior da própria Câmara dos Deputados, casa dos representantes do povo", destacou Lira.

Bate-boca

Depois das acusações contra Lira, o presidente do Conselho de Ética, deputado Leur Lomanto Júnior (União/BA), bateu boca com o parlamentar e ameaçou cortar o microfone de Braga. "Não existe armação nenhuma nesse conselho. Eu peço respeito a vossa excelência", afirmou.

O deputado Glauber disse que vai usar esse processo no Conselho de Ética para denunciar o complô contra ele e que vai convidar todas as testemunhas que tem direito.

Relator

O relator do caso, Paulo Magalhães, rebateu as acusações, negou que tenha dito que não aceitaria a abertura do processo e também negou articulações com Lira.

"Deputado, a sua defesa lhe incrimina. E não faço conluio com ninguém. Minha relação com o presidente Arthur é discreta. Vossa excelência, que foi agressivo todo o tempo, já está se anunciando como cassado. Eu não esperava isso. Até porque não quero caçar o senhor, nem nenhum colega, por isso eu voltei aqui à abstenção no caso Brazão. Não quero lhe cassar, mas vossa excelência merece", afirmou. (Agência Brasil)

Lessa diz que sentiu náusea ao ver Rivaldo abraçar mãe de Marielle

O ex-policial militar Ronnie Lessa disse na quarta-feira (28) que sentiu náusea ao ver o ex-chefe de Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa abraçando a mãe da vereadora Marielle Franco após o crime.

Réu confesso do assassinato e delator na investigação, Lessa prestou depoimento virtual pelo segundo dia consecutivo na ação penal aberta pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para decidir se Rivaldo, os irmãos Brazão e outros acusados serão condenados por atuarem como mandantes do crime.

Ronnie Lessa disse que ficou com náusea ao tomar conhecimento do encontro entre Rivaldo Barbosa e os familiares de Marielle, em abril de 2018, um mês após o assassinato. Na ocasião, o ex-delegado abraçou Marinete, mãe de Marielle, e prometeu solucionar o crime.

"Eu sou réu confesso, eu atirei na Marielle. Eu vi o Rivaldo abraçando a mãe da Marielle. Aquilo causou náusea em quem atirou. O sujeito deve ser estudado. A mente dele é para o mal", afirmou.

Ao comentar sobre a corrupção para barrar investigações na delegacia de homicídios do Rio, Lessa disse que Rivaldo tinha influência sobre as investigações do assassinato e era conhecido como "Topa", em alusão à expressão "Topa Tudo por Dinheiro".

No processo, são réus o conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ), Domingos Brazão, o irmão dele, Chiquinho Brazão, deputado federal (Sem Partido-RJ), o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro Rivaldo Barbosa e o major da Polícia Militar Ronald Paulo de Alves Pereira. Todos respondem pelos crimes de homicídio e organização criminosa e estão presos.

Ronnie Lessa está preso na penitenciária do Tremembé, em São Paulo, e prestou depoimento por videoconferência ao juiz auxiliar do gabinete do ministro Alexandre de Moraes, relator do processo. Ele foi arrolado pela acusação, que é feita pela Procuradoria-Geral da República (PGR).

Cerca de 70 testemunhas devem depor na ação penal. Os depoimentos dos réus serão realizados somente fim do processo. (Agência Brasil)

Com R$ 156 bilhões, Paraná tem a maior receita bruta de serviços do Sul do Brasil

O Paraná registrou a maior receita bruta de serviços da Região Sul do Brasil em 2022, de acordo com a Pesquisa Anual de Serviços, divulgada na quarta-feira (28) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As empresas do setor movimentaram R$ 156 bilhões no Estado, ao longo do período.

O valor é superior ao registrado pelo Rio Grande do Sul (R$ 143 bilhões) e Santa Catarina (R$ 137 bilhões). Em todo o Brasil, o Paraná registrou a quarta maior receita de serviços, atrás apenas de São Paulo (R$ 1,34 trilhões), Rio de Janeiro (R$ 317 bilhões) e Minas Gerais (R$ 235 bilhões).

Em todo o Brasil, a receita bruta estimada foi de R$ 2,9 trilhões. Os dados levam em conta estimativas feitas pelo IBGE e não contabilizam empresas que prestam serviços financeiros.

Do total movimentado no Paraná, os segmentos que mais geraram receita bruta às empresas paranaenses no período estavam relacionados aos serviços de transportes (R$ 58,5 bilhões), profissionais e administrativos (R$ 43,3 bilhões), serviços de informação e comunicação (R$ 26,4 bilhões) e serviços prestados às famílias, como alimentação, educação e atividades culturais (R$ 15,9 bilhões).

Ao longo deste período, o setor de serviços pagou R$ 29,7 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações, também o melhor resultado do Sul do País. No Rio Grande do Sul foram pagos R$ 26,1 bilhões e em Santa Catarina, R$ 24,3 bilhões ao longo de 2022.

Segundo a pesquisa, o Paraná tinha 128 mil empresas de serviços não-financeiros em 2022, com 943 mil trabalhadores ocupados neste setor. O maior empregador era o segmento de serviços pessoais e administrativos, com 384,7 mil pessoas ocupadas em 50,5 mil empresas.

Na sequência estão os segmentos de transportes (204,4 mil pessoas), serviços de alimentação e alojamento (177,9 mil pessoas), informação e comunicação (78,7 mil pessoas), outros serviços (41,1 mil pessoas) manutenção e reparação (30,7 mil pessoas).

Em todo o País, de acordo com a pesquisa, o setor de serviços tinha 1,6 milhão de empresas ativas em 2022, com 14,2 mil pessoas ocupadas. Ao longo do período, foram pagos em todo o Brasil R$ 518 bilhões em salários, retiradas e remunerações. (AENPR)